

A representação de conteúdos documentais no contexto dos novos sistemas de gestão de arquivos audiovisuais digitais: o caso do “Digital Asset Management”

Dissertação em Ciências da Informação e da Documentação

Outubro 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação na variante Arquivística, realizada sob a orientação científica de Dr. João Manuel Santos Vieira e Doutora Maria Lurdes Rosa.

Dedico esta dissertação...

... aos meus pais, irmã e sobrinha...os meus alicerces...

...ao Nuno...pelo apoio e paciência.

... à restante família e a todos os amigos que me apoiaram nesta etapa.

...ao Zé pelo apoio e incentivo na escolha do Mestrado.

...ao Xuxo pela companhia nas longas jornadas em frente ao computador.

Agradeço todo o carinho, ajuda e incentivo que me deram, assim como a compreensão para o tempo que não pude passar com vocês.

Agradeço aos meus orientadores, Dr. João Manuel Santos Vieira e Doutora Lurdes Rosa, pela vossa orientação neste trabalho de investigação.

Agradeço a todos os meus colegas (nomeadamente ao Paulo Fernandes e Sofia Vaz) e ao corpo docente da FCSH (especialmente o Professor Pedro Penteado por todo o seu apoio e incentivo) que comigo partilharam esta aventura.

Agradeço aos colegas da RTP com quem tanto aprendi ao longo dos anos... com destaque para Hilário Lopes e Orlando Gonçalves.

A representação de conteúdos documentais no contexto dos novos sistemas de gestão de arquivos audiovisuais digitais: o caso do “Digital Asset Management”

Elsa Margarida Abreu Coutinho da Silveira Ramos

Resumo:

A presente Dissertação de Mestrado tem como tema de investigação a problemática da representação de conteúdos documentais no contexto dos novos sistemas de gestão de arquivos audiovisuais digitais, nomeadamente o caso concreto do “Digital Asset Management”(DAM).

Pretende aferir o impacto e as consequências que a implementação destes novos sistemas vai ter na representação de conteúdos de documentos audiovisuais. A análise desta problemática tem como estudo de casos, os arquivos audiovisuais da SIC e da RTP, arquivos audiovisuais de referência a nível nacional.

Palavras chave:

Representação de conteúdos, documento audiovisual, arquivo audiovisual, arquivo digital, descrição arquivística, RTP, SIC

The documentary representation of content in the context of new management systems
digital audiovisual archives: the case of the "Digital Asset Management"

Elsa Margarida Abreu Coutinho da Silveira Ramos

Abstract:

This Dissertation research theme is the issue of representation of content in the context of the new management digital systems of audiovisual archives, notably the case of the "Digital Asset Management"(DAM).

Aims to assess the impact and consequences of the implementation that these new systems will have on the representation of content in audiovisual documents. The analysis of this problem has as case studies, audiovisual archives SIC and RTP, the audiovisual archives reference in Portugal.

Key Words:

Content Representation, audiovisual document, audiovisual archive, digital archive, archival description, RTP, SIC

ÍNDICE:

Introdução	1
Capítulo I: Estado da Arte	3
Capítulo II: Representação do documento audiovisual	8
II.1 Tipologia dos documentos audiovisuais	12
Capítulo III: Estudos de caso: Arquivos da SIC e da RTP	13
III.1 Arquivo audiovisual da SIC	13
III.1.1 MAM/ ARKEMEDIA	14
III.1.2 Sistema de informação documental da SIC	16
III.1.3 Representação de conteúdos da SIC	17
III.1.4 Evolução da representação de conteúdos na SIC	18
III.2 Arquivo audiovisual da RTP	19
III.2.1 DCM / DAM	22
III.2.2 Sistema de informação documental da RTP	23
III.2.3 Representação de conteúdos da RTP	24
III.2.3.1 Catalogação	24
III.2.3.2 Classificação	24
III.2.3.3 Descrição	25
III.2.3.4 Controlo de direitos	27
III.2.3.5 Indexação	28
III.2.3.5.1 Tesouro do Arquivo Audiovisual da RTP	28
III.2.4 Evolução da representação de conteúdos na RTP	32
Capítulo IV: Sistemas de Gestão Digitais	34
Capítulo V: Conteúdos online...o futuro	38
Conclusão	43
Bibliografia	46

INTRODUÇÃO

“Os Arquivos de uma televisão são um dos seus bens mais preciosos. Testemunhos únicos da história de um povo, palpitam de vida.”¹

Este trabalho de investigação visa a investigação da problemática da representação de conteúdos documentais no contexto dos novos sistemas de arquivos audiovisuais digitais. Pretende analisar a forma como se efectua a representação de conteúdos de documentos audiovisuais e qual o impacto que a implementação dos sistemas de gestão digitais vai ter na representação desses conteúdos. Para tal, adoptou-se como estudos de caso os arquivos audiovisuais da SIC e da RTP.

Esta dissertação desenvolve-se em sete capítulos. No primeiro capítulo, “Introdução” pretende-se identificar o objectivo do estudo e sintetizar o conteúdo dos capítulos. O segundo capítulo “Estado da Arte” procede à análise do estado da arte da problemática em questão. No terceiro capítulo “Representação do documento audiovisual” analisa-se os conceitos de “documento de arquivo” e “documento audiovisual”, a representação de conteúdos documentais e a tipologia dos documentos audiovisuais. O quarto capítulo “Estudos de caso: arquivos da SIC e da RTP” é dedicado à análise dos estudos de caso dos arquivos audiovisuais da SIC e da RTP, nomeadamente o seu enquadramento, os sistemas de gestão digital implementados, o sistema de informação documental em vigor, o processo da representação de conteúdos e a evolução da representação de conteúdos ao longo dos tempos. O quinto capítulo “Sistemas de gestão digitais” explana toda a problemática, vantagens e desvantagens dos sistemas de gestão digitais. O sexto capítulo “Conteúdos online...o futuro” apresenta uma proposta para a divulgação online dos conteúdos dos arquivos audiovisuais. O último capítulo “Conclusão” é a súmula do trabalho de investigação efectuado.

¹ Alfredo Tropa, director do arquivo RTP

A definição profissional de documentos audiovisuais, preconizada por Ray Edmondson, determina que “...são obras incluindo imagens e/ou sons reproduzíveis incorporados num suporte, cujo registo, transmissão, percepção e compreensão normalmente requerem um dispositivo tecnológico; cujo conteúdo visual e/ou sonoro tem duração linear; cujo propósito é a comunicação daquele conteúdo, mais do que a utilização da tecnologia para outros propósitos.”²

Tendo em consideração esta definição, pretendo delimitar o meu estudo aos documentos audiovisuais que sincronizam o som e a imagem num suporte, cujo registo requer um dispositivo tecnológico, e que tenham sido produzidos ou adquiridos pelas estações de televisão generalistas, a nível nacional, SIC e RTP. Um documento audiovisual tanto pode ser constituído por um programa na íntegra, uma reportagem de um programa de informação ou um original de reportagem e/ou de programa não editado.

Estes documentos audiovisuais estão classificados, segundo Ray Edmondson, na categoria de “arquivos de emissoras”, sendo o seu objectivo “fornecer um recurso activo para apoiar a produção de programas e actividade comercial, e administrar um recurso corporativo diversificado. Informação, cópias e outros serviços de acesso são oferecidos – principalmente a “clientes internos”, embora também possam estar disponíveis serviços de acesso ao público.”³

A função primordial de um arquivo é disponibilizar a informação contida nos seus documentos (conteúdos) aos seus potenciais utilizadores. Relativamente ao perfil do utilizador destes documentos audiovisuais, existe ênfase no utilizador interno e externo das estações de televisão, existindo uma relação entre a cultura de um serviço de arquivo e o seu utilizador; ambos os arquivos audiovisuais são arquivos de empresa com documentos concebidos e produzidos no âmbito de uma grelha de programas e nas suas necessidades quotidianas pelo que as suas políticas arquivísticas visam a aproximação e a satisfação das necessidades dos seus utilizadores internos. Os utilizadores destes arquivos audiovisuais dividem-se entre os utilizadores internos (jornalistas, produtores, editores, técnicos de autopromoções de programas) e os utilizadores externos (investigadores, historiadores, estudantes, empresas de

² EDMONDSON, Ray - Uma Filosofia de Arquivos Audiovisuais (1998), p.5

³ EDMONDSON, Ray - Uma Filosofia de Arquivos Audiovisuais (1998), p.14

publicidades, produtoras, etc.). Estes últimos são em menor percentagem e recorrem aos serviços destes arquivos de forma gratuita (no âmbito da investigação e ao abrigo de protocolos e contratos pré-estabelecidos) ou através da comercialização de imagens (como é o caso das agências de publicidade, produtoras externas de audiovisuais ou o simples utilizador comum).

CAPÍTULO I: ESTADO DA ARTE

“Um arquivo audiovisual é uma organização ou departamento de uma organização que vocacionada para coleccionar, administrar, preservar e prover acesso a um conjunto de documentos audiovisuais e património audiovisual.”⁴ A representação dos conteúdos documentais de um arquivo audiovisual é determinante e fundamental para a prossecução da sua função. A representação de conteúdos documentais descreve e caracteriza um determinado documento através de uma linguagem documental. Esta linguagem pode ser natural ou controlada. Neste último caso, a informação contida no documento é representada por um conjunto de descritores ou palavras-chave que, por sua vez, representam conceitos ou combinações de conceitos.

Será que os sistemas de gestão digitais contribuem para a simplificação e melhoria contínua da representação de conteúdos documentais em arquivos audiovisuais? Pretende-se, com a formulação desta questão aferir qual o impacto que os sistemas de gestão de arquivos audiovisuais digitais irão ter na representação de conteúdos documentais e se o processo de representação de conteúdos documentais vai sofrer alterações ou melhorias significativas com a utilização de arquivos digitais [em ficheiros de dados], em contraponto com os arquivos tradicionais [em cassetes], tendo sempre em consideração as normas arquivísticas, a qualidade e a melhoria contínua da representação de conteúdos documentais.

Para tal, proponho, como metodologia, analisar os novos sistemas de gestão de arquivos audiovisuais digitais, o sistema de informação documental e todo o processo de representação de conteúdos documentais dos arquivos audiovisuais da SIC (Sociedade Independente de Comunicação) e da RTP (Rádio e Televisão de Portugal),

⁴ EDMONDSON, Ray - Uma Filosofia de Arquivos Audiovisuais (1998), p.9

uma vez que são os arquivos audiovisuais de referência a nível nacional, que efectuam a representação de conteúdos audiovisuais e que implementaram recentemente sistemas de gestão de arquivos audiovisuais digitais. Os casos de estudo alvo de análise seleccionados foram estes, pois ambos são detentores de sistemas de informação documental concebidos numa perspectiva sistémica e definidos em função da gestão dos fundos arquivísticos, estando em consonância com os mais recentes desenvolvimentos da arquivística, das novas tecnologias emergentes e de recomendações de instituições conceituadas.

Este trabalho de investigação procura ser inovador, pois não existem muitos trabalhos científicos publicados pela comunidade científica especializada sobre os arquivos audiovisuais portugueses, sendo que não encontrei nenhum trabalho existente sobre esta temática, em particular.

Como trabalho de referência na área dos documentos audiovisuais destaco “Uma Filosofia de Arquivos Audiovisuais” da autoria de Ray Edmondson, que como o próprio refere “Este documento é uma resposta específica à necessidade de uma codificação: é a primeira publicação sobre uma filosofia de arquivos audiovisuais”⁵. Neste documento o autor apresenta definições para “documentos audiovisuais”, “património audiovisual”, “arquivo audiovisual” e “arquivista audiovisual”, enuncia as tipologias dos arquivos audiovisuais, efectua uma abordagem segundo o perfil dos utilizadores e apresenta reflexões críticas sobre a profissão e a ética profissional. Considero este trabalho de investigação de Ray Edmondson como introdutor e inovador para o estudo da problemática dos arquivos audiovisuais. “...esta publicação só pode ser a “primeira palavra”, não a “palavra final”.”⁶

A área dos arquivos audiovisuais é uma área pouco investigada e não tem consolidação a nível académico. Nos cursos médios, Bacharelatos, Licenciaturas, Pós Graduações, Mestrados e Doutoramentos leccionados em Portugal não está contemplada esta área específica [arquivos audiovisuais], nem tão pouco existe uma disciplina autónoma na vertente Arquivística dos cursos existentes na área. Apenas na Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) se leccionaram algumas acções de formação sobre arquivos audiovisuais, nomeadamente a acção de

⁵ EDMONDSON, Ray - Uma Filosofia de Arquivos Audiovisuais (1998), p.ii

⁶ EDMONDSON, Ray - Uma Filosofia de Arquivos Audiovisuais (1998), p.iii

formação “Gestão e Organização de Arquivos Audiovisuais”⁷ cujo público alvo eram os profissionais da área da arquivística que pretendiam adquirir conhecimentos teóricos e práticos essenciais à organização, gestão, conservação, recuperação de suportes e conteúdos audiovisuais. No entanto, este problema não se restringe ao nosso país. Tal é perceptível na publicação “Tracking the reel world “ onde se refere “In most countries archive and library schools do not offer a curriculum for audiovisual training, although there may be one or two (optional) modules devoted to the subject”⁸; Ray Edmondson também efectua essa referência “...os gestores de arquivos audiovisuais têm falta de uma clara identidade profissional e reconhecimento geral dentro das profissões afins, do governo, das indústrias audiovisuais e da comunidade em geral”⁹.

No Arquivo Audiovisual da RTP investiguei as publicações “Filmoteca, Sistema de Recuperação de Informação (1975), “Manual de Documentação” da Direcção de Arquivos e Documentação - DAD (2006), “Normas e procedimentos recomendados para a selecção e conservação de material de programas de televisão” (1997), “Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais” da autoria de Orlando Gonçalves (2000 e 2004). Todas estas obras têm um carácter normativo funcionando como manuais de referência nos quais se pode consultar as políticas e procedimentos em vigor no arquivo RTP. Na SIC, não existe nenhuma obra com estas características. No entanto, a minha visita de estudo ao arquivo audiovisual da SIC, efectuada no âmbito da disciplina “Tecnologias aplicadas à Gestão da Informação Arquivística”, ministrada pelo professor Miguel Infante, revelou-se fundamental para a aquisição de conhecimentos e dos procedimentos em vigor no arquivo audiovisual da SIC.

Na fase da implementação dos sistemas de gestão digital, produziram-se várias comunicações e apresentações em congressos, universidades e instituições da área das Ciências Documentais por parte dos responsáveis dos arquivos audiovisuais da SIC e RTP. No caso do arquivo audiovisual da SIC, destaca-se a intervenção “Arquivo Audiovisual SIC” apresentada no congresso da FIAT/IFTA, em Outubro de 2007, da autoria de Sandra Correia e a apresentação da autoria de Ana Franqueira “Gestão e

⁷ Esta acção de formação deixou de estar presente no calendário de Formação da BAD.

⁸ KLINJN, Edwin; LUSENET, Yola de – Tracking the reel world (2008), p.16

⁹ EDMONDSON, Ray - Uma Filosofia de Arquivos Audiovisuais (1998), p.1

Arquivo de Conteúdos Digitais na SIC Televisão” apresentada nas II Jornadas Internacionais Informação e Comunicação nos Mass Media na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Outubro de 2007. No caso do arquivo audiovisual da RTP, destacam-se as intervenções da autoria de Hilário Lopes: “Informação e Memória na RTP: a plataforma de arquivos digitais” apresentada nas II Jornadas Internacionais Informação e Comunicação nos Mass Media na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Outubro de 2007; “Preservação de conteúdos audiovisuais” apresentada no Seminário de Preservação Digital da Direcção Geral de Arquivos, em Novembro de 2008 e “Gestão e Organização de Arquivos Audiovisuais: Novas Tecnologias e Arquivos Digitais” apresentada na Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), em Maio de 2009. Estas comunicações são uma reflexão da aplicação dos sistemas de informação digital aos seus arquivos, desde o seu planeamento, fases de implementação dos novos sistemas, características e potencialidades, dando enfoque às suas vantagens e benefícios. A sua leitura e compreensão foram fundamentais para a prossecução deste trabalho.

Ao nível de dissertações de mestrado e teses de doutoramento, existem poucas no que concerne aos arquivos audiovisuais e as existentes não abordam a temática pretendida.

Num âmbito mais tecnológico (engenharia de sistemas e informática), destaque para a Tese de Doutoramento da autoria da Paula Viana “Media asset management in broadcasting: new approaches to enable the effective management of physical resources and media objects” que refere a implementação do Vidion (Digital Video On-Line) como estudo de caso na RTP; no entanto este trabalho de investigação centra-se na arquitectura, componentes e funcionalidades do sistema de gestão de arquivos audiovisuais de televisão, abordando muito superficialmente a aplicação de anotação de conteúdos. A Dissertação de Mestrado da autoria de Hugo Sousa “Normalização de meta: informação para arquivos multimédia” também está mais dedicada à engenharia de sistemas com o mapeamento de normas de representação de informação. No âmbito informático, destaque para a Dissertação de Mestrado da autoria de Nuno Geraldês “Gestão de desenvolvimento de software na área da produção de conteúdos audiovisuais” que se centra no desenvolvimento de software de um sistema de informação; para a Dissertação de Mestrado “Sistema de notificação e reconhecimento automático de entidades em conteúdos audiovisuais” da autoria de João Oliveira, sobre

a implementação da arquitectura de um projecto de tratamento inteligente de informação audiovisual, assim como a Dissertação de Mestrado “Gestor de conteúdos multimédia” da autoria de Rui Amor sobre o projecto de implementação de um mecanismo de gestão de informação. Estes trabalhos de investigação, apesar de estarem relacionados com sistemas de informação digital, têm uma abordagem muito técnica de índole informática e da engenharia de sistemas, não abordando a questão da representação de conteúdos de documentos audiovisuais.

No âmbito legislativo, Nuno Epifânio no artigo “Evolução legal dos Arquivos Audiovisuais e Sonoros em Portugal”, analisa a Legislação Portuguesa que regula este tipo específico de arquivos [audiovisuais], mas faz uma abordagem muito superficial analisando quase exclusivamente o seu âmbito legal. Refere ainda uma imprecisão grave no que respeita à comunidade profissional da área, demonstrando desconhecimento sobre a associação profissional BAD (Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas) e o seu grupo de trabalho dos Arquivos Audiovisuais constituído por profissionais de todas as estações de televisão portuguesas (RTP, SIC, TVI, SPORTV, Benfica TV) e de variadas instituições detentoras de arquivos audiovisuais. “A comunidade profissional não demonstra capacidade associativa e raramente se constituem grupos de trabalho para discutir assuntos respeitantes ao funcionamento destas organizações...”¹⁰.

Destaco a Dissertação de Mestrado “A importância e utilidade dos arquivos audiovisuais” da autoria de José Pires, pois relata a experiência do autor durante o seu estágio numa produtora audiovisual e o seu “despertar” para a problemática dos arquivos audiovisuais.

Apesar de ser notório uma maior quantidade de Dissertações de Mestrado e de Teses de Doutoramento nesta área dos audiovisuais, não encontrei trabalhos científicos sobre a representação de conteúdos documentais nos arquivos audiovisuais de televisão portugueses.

O trabalho empírico sobre a temática a que me proponho analisar e estudar ainda não foi sujeito a uma intensiva investigação, sendo, assim, um trabalho ambicioso que penso que irá constituir um avanço importante nesta área de conhecimento. A

¹⁰ EPIFÂNIO, Nuno – Evolução legal dos Arquivos Audiovisuais e Sonoros em Portugal, p.5

problemática da representação de conteúdos documentais de arquivos audiovisuais torna-se cada vez mais pertinente e actual no contexto dos novos sistemas de gestão digitais. Outra razão prende-se no facto de se tratar de uma realidade muito recente, já que os sistemas foram implementados há menos de 5 anos, pelo que não existe um distanciamento temporal considerável para se poderem efectuar deduções conclusivas (no caso do arquivo audiovisual da SIC em 2007 e no caso do arquivo audiovisual da RTP em 2009).

CAPÍTULO II: REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO AUDIOVISUAL

Considerando a definição de descrição arquivística, presente na ISAAR (CPF), como a “Elaboração de uma representação exacta de uma unidade de descrição e das partes que a compõem, caso existam, através da recolha, análise, organização e registo de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu.¹¹” assim como a reflexão de Orlando Gonçalves “Descrever um documento consiste em fornecer informações sobre as suas características formais, técnicas e administrativas, além do conteúdo informativo que ele veicula.¹²”, pode-se concluir que a representação de um documento audiovisual é o resultado de toda a informação existente e passível de ser extraída de um documento (ao nível da imagem e do som).

No glossário das “Orientações para a Descrição Arquivística (ODA)” o documento de arquivo caracteriza-se pela “informação de qualquer tipo, registada em qualquer suporte, produzida ou recebida e conservada por uma instituição ou pessoa no exercício das suas competências, ou actividades.”¹³. Na mesma obra, o conceito documento audiovisual caracteriza-se por “documento no qual a informação é veiculada através de um código de imagens, fixas ou móveis, e de sons, carecendo de

¹¹ CIA - Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias - ISAAR (CPF) (2004), p.13

¹² GONÇALVES, Orlando - Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais (2004), p.15

¹³ DGARQ – Orientações para a Descrição Arquivística – ODA (2007), p.300

equipamento apropriado para ser visto e ouvido”¹⁴. Assim, o acesso aos conteúdos no documento de arquivo [tradicional] é efectuado através do acto directo da sua leitura; tal não acontece no documento audiovisual, já que o seu acesso é indirecto e mais complexo pois subentende a intermediação [de um equipamento técnico].

A grande diferença entre estes conceitos é que o documento audiovisual pressupõe, obrigatoriamente, o recurso a um equipamento específico que permita a sua descodificação, o seu acesso e leitura. Sem o respectivo equipamento ou dispositivo tecnológico não se consegue ter acesso ao seu conteúdo, tornando-se esse documento audiovisual num suporte físico obsoleto com conteúdos inacessíveis. É de extrema importância a adopção e implementação de políticas arquivísticas de migração de conteúdos documentais para suportes físicos actuais, de última geração, que permitam o acesso ao seu conteúdo, independentemente do suporte físico em que este possa ter sido produzido e/ou em que este esteja arquivado. A evolução dos suportes físicos de documentos audiovisuais tem sido constante ao longo dos anos, desde o analógico ao digital, do filme em película até à videotape, passando pelas cassetes até ao ficheiro de dados. É frequente um conteúdo estar, em simultâneo, nos vários suportes físicos utilizados ao longo do tempo, sendo a situação ideal a sua migração para suportes de última geração. Verificou-se esta situação em ambos os arquivos audiovisuais (SIC e RTP).

Na representação de conteúdos, a imagem e o som deverão ser sempre referenciados e descritos; no entanto, a descrição da imagem é sempre privilegiada, uma vez que se depreende que ao descrever uma determinada imagem, o som é intrínseco à mesma.

Num documento audiovisual a imagem e o som deverão estar em sintonia e complementar-se. O documento audiovisual tem uma especificidade própria, sendo a sua característica mais relevante o facto de conter ambiente acústico e visual intrínseco. Imagem e som são, deste modo, factores determinantes num documento audiovisual. Um documento audiovisual constituído por imagens de um pôr-do-sol numa praia paradisíaca deverá ser acompanhado pelo som das ondas a bater na areia. Se ouvirmos uma buzina de automóvel, este som não estará adequado à imagem. No caso de um documento audiovisual constituído por imagens de trânsito rodoviário,

¹⁴ DGARQ – Orientações para a Descrição Arquivística – ODA (2007), p.300

também não faz sentido se o som for de ondas a bater na areia. A ausência, quer de som, quer da imagem, pode tornar o documento incompatível de ser reutilizado, na íntegra, em termos televisivos; o documento poderá ser reutilizado, por extractos, recorrendo a técnicas de edição e de pós-produção de vídeo e/ou de áudio.

O conteúdo de um documento audiovisual só é coerente quando inserido num determinado contexto que lhe atribua um significado. Um documento constituído por imagens do interior de uma repartição de finanças pode ilustrar várias realidades, desde representar a inauguração ou encerramento da repartição de finanças, a entrega do IRS, o aumento ou descida do IVA, pagamento de impostos, funcionários públicos, etc. O contexto no qual essas imagens são incluídas é que lhe concede significado. Não podemos descurar o contexto, já que este deverá estar sempre adequado à actualidade. Não se deve utilizar documentos constituídos por pessoas na rua vestidas com sobretudos, camisolas de gola alta e chapéus-de-chuva se este conteúdo for emitido num dia de calor (verão), assim como não se deverão utilizar documentos constituídos por pessoas a caminhar na rua em manga curta e calções, a comer gelados, se estiver um dia de chuva (inverno). As decorações natalícias presentes em muitas fachadas de edifícios também restringem a utilização destes conteúdos à época festiva em questão. Considera-se excepção todas as contextualizações efectuadas propositadamente com carácter criativo e/ou estético.

A célebre expressão “Uma imagem vale por mil palavras”, pressupõe que uma imagem retrata uma realidade que pode ser descrita e interpretada de variadas formas, e que vale por si só, pelo que o seu conteúdo poderá ter vários significados. Essa interpretação depende de determinados códigos convencionados e de referências culturais comuns. Uma imagem poderá ser interpretada de uma determinada forma numa sociedade e ter um significado completamente oposto noutra. Podem existir inúmeras palavras para descrever essa imagem mas cada indivíduo pode percepcioná-la e interpretá-la de acordo com a sua vivência e experiência, inserido numa dada sociedade que o influencia na interpretação dessa realidade.

A análise do conteúdo da imagem deverá ser efectuada o mais objectivamente possível, rejeitando qualquer interpretação, a manipulação e descontextualização da realidade. Um dos grandes perigos na análise da imagem é a apofenia e pareidolia. A

apofenia¹⁵ é um fenómeno cognitivo de percepção de padrões ou ligações em conjuntos de dados aleatórios (e sem sentido), aos quais somos extremamente sensíveis e vulneráveis; identificamos algo que queremos ver (o caso mais famoso é o da identificação de uma face na superfície de Marte). A pareidolia¹⁶, é um tipo de apofenia, sendo que a sua origem etimológica vêm da palavra “para” (junto de) e “eidolon” (imagem, figura), e descreve um fenómeno psicológico que envolve um estímulo que é percebido como algo distinto e com significado (formas das nuvens e mensagem ocultas em músicas).

É frequente que os documentos audiovisuais sejam alvo de edição e pós-produção, sendo o seu conteúdo original alterado por efeitos especiais. Nestes casos, deverão ser guardadas ambos os documentos, sendo alvo de tratamento documental o documento original sem os efeitos especiais.

Na representação de conteúdos documentais, o texto produzido proveniente da análise de conteúdos deverá complementar a imagem e o som, explicando-os e enquadrá-los no seu devido contexto. A análise tem de ser, obrigatoriamente, objectiva e imparcial, recuperando toda a informação pertinente, através de uma linguagem simples, sintética, objectiva e imparcial, evitando qualquer adjectivação e valoração dos conteúdos. Deverá responder às seguintes perguntas: Onde (local)?; Quando (data)?; Quem (protagonista)?; O quê (acontecimento)?; Como (contexto)? Destas questões deverá sair um texto conciso, objectivo e sintético.

No entanto, não podemos descurar a origem e o contexto do próprio documento, assim como as relações que este documento tem com outros documentos existentes no arquivo. Todas estas informações são determinantes e essenciais na representação documental de conteúdos.

Cumprindo todos estes requisitos, a representação de conteúdos deverá ser precisa e adequada ao documento audiovisual; deve contar a sua história e descrever todo o seu conteúdo. O utilizador do arquivo ao efectuar a leitura do texto que ilustra a representação de conteúdos do documento deverá ficar com uma percepção das imagens e do som do documento, decidindo se lhe interessa efectuar o visionamento do conteúdo desse documento. Em caso negativo, se o utilizador decidir que o documento não

¹⁵ Definição na Wikipédia em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Apofenia>

¹⁶ Definição na Wikipédia em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pareidolia>

corresponder às suas expectativas, dispensa o seu visionamento, passando ao documento seguinte.

Após a elaboração do texto de descrição e análise de conteúdos, é expectável que o documento audiovisual seja alvo de indexação com recurso a Tesouro (linguagem controlada) através da identificação, selecção e extracção das ideias principais e conceitos representativos e pertinentes do conteúdo e a representação desses conceitos por termos de indexação. “O pesquisador tem assim à sua disposição a precisão da linguagem documental e a riqueza da linguagem natural”¹⁷. Todo este processo permite a recuperação eficaz deste documento, sem ruído. Tal como refere Hilário Lopes, Chefe de departamento da Subdirectão de Arquivos, num artigo da autoria de Susana Nogueira intitulado “Arquivo RTP: Síndrome dos tempos” publicado na revista “Produção Profissional”, de Janeiro de 2006, “Os arquivos são conteúdos e não basta ter os suportes bem arrumados e em bom estado de conservação, é a descrição de conteúdos que permite a sua recuperação eficiente para reutilização.”¹⁸

II.1 Tipologia dos documentos audiovisuais

Um documento audiovisual é mais do que um simples conjunto de “frames” (imagem fixas); o que lhe confere significado é a forma como foi organizada e concebida a sequência de imagens (e respectivos sons), assim como as relações estabelecidas entre os diversos “frames”. Os documentos audiovisuais tanto podem ser um documentário, um programa de entretenimento, uma peça teatro, de uma peça de serviço noticioso, um original de reportagem, um original de um programa, um filme, um concurso televisivo, etc. Surge, deste modo, a necessidade de os agrupar e classificar segundo duas vertentes específicas, em relação à sua difusão/exibição e no que concerne o seu formato.

Quanto à sua difusão/exibição, classificam-se como emitidos (documentos que foram exibidos, pelo menos uma vez, num dos canais da estação de televisão ou numa

¹⁷ GONÇALVES, Orlando - Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais (2004), p.16

¹⁸ NOGUEIRA, Susana - “Arquivo RTP: Síndrome dos tempos”(2006)

plataforma de difusão) e não emitidos (documentos que nunca foram exibidos em qualquer canal da estação nem difundidos numa plataforma).

Quanto ao formato, classificam-se como editados (documentos com conteúdos criados a partir de uma selecção de materiais em bruto por decisão editorial e/ou criativa como é o caso de programas ou peças de noticiário) e não editados (documentos constituídos por materiais em bruto resultantes da captura de imagens para a produção de programas ou de notícias como é o caso dos originais de programas ou de reportagem).

Esta tipificação do documento audiovisual é determinante e condiciona o acesso, a representação de conteúdos, a sua eventual reutilização e comercialização.¹⁹

CAPÍTULO III: ESTUDOS DE CASO: ARQUIVOS DA SIC E DA RTP

Na análise da representação de conteúdos documentais, adoptou-se como estudo de casos, os arquivos audiovisuais da SIC e da RTP, arquivos audiovisuais nacionais de referência. Os parâmetros analisados foram o enquadramento do arquivo audiovisual, o sistema de gestão digital recentemente implementado, o sistema de informação documental, a representação de conteúdos e a evolução da representação de conteúdos ao longo da actividade dos arquivos.

III.1 Arquivo audiovisual da SIC

A SIC (Sociedade Independente de Comunicação) é um canal de televisão generalista privado, em sinal aberto, e iniciou as suas emissões a 6 de Outubro de 1992, tendo sido a primeira estação televisiva independente e comercial em Portugal.

“O Arquivo Audiovisual da SIC nasce como estrutura integrante da produção de informação...²⁰”, e está integrado na Direcção de Informação. Em 2001, com a

¹⁹ O serviço de comercialização do arquivo audiovisual da RTP não comercializa documentos não emitidos (só comercializa documentos emitidos).

reorganização da SIC (alterações na estrutura organizacional da SIC decorrente do surgimento dos canais temáticos SIC Internacional, SIC Gold, SIC Notícias, SIC Radical, SIC Mulher e SIC Comédia) o arquivo audiovisual passa a integrar, também, os conteúdos documentais provenientes da Direcção de Programas, que até esta data, estavam sob a responsabilidade do Departamento de Logística.²¹

A SIC foi a primeira estação de televisão a nível nacional a implementar um sistema de gestão digital e a digitalizar o seu arquivo. A digitalização efectiva teve o seu início em Março de 2006, sendo uma das principais preocupações dos responsáveis da SIC, a protecção dos conteúdos do arquivo, já que os suportes físicos (cassetes analógicas) começavam a apresentar alguns problemas e sinais de desgaste devido às utilizações diárias e excessivas decorrentes de um arquivo audiovisual de televisão. Ana Franqueira, responsável pelo Arquivo da SIC refere que “Sem a tomada de medidas de prevenção corríamos o risco de perder o nosso bem mais precioso, a nossa herança”.²²

III.1.1 MAM/ ARKEMEDIA

As cassetes começam a ser, progressivamente, eliminadas do arquivo audiovisual da SIC, devido à aquisição do ARKEMEDIA, software “MAM - Media Asset Management” ou “DAM- Digital Asset Management”, potenciando maior rapidez no acesso aos conteúdos e na preservação da qualidade do património. Ana Franqueira, responsável do departamento do Arquivo refere que este novo sistema “controla todo o fluxo de entrada e gestão de conteúdos digitais nos “servers” de informação, desde que chegam até ao momento em que são conservados ou eliminados”²³; estas alterações reflectem-se na própria missão e função do arquivo na empresa, uma vez que este passa a estar directamente envolvido na produção de conteúdos.

A estratégia global de digitalização da SIC compreende o “Arkemedia” (sistema de gestão de informação adquirida no âmbito do projecto de digitalização), instrumento essencial para o tratamento arquivístico da documentação audiovisual e na digitalização

²⁰ CORREIA, Sandra – Arquivo Audiovisual SIC (2007), p.1

²¹ CORREIA, Sandra – A transferência de Suportes no Arquivo Audiovisual SIC (2008), p.1

²² S.N. – Revista Produção Profissional: Sony e SIC implementam arquivo digital (2005)

²³ SANTOS, Sónia Correia dos – DN: Novo arquivo digital «revolucionaria» SIC (2006)

de todo o espólio. Este projecto de digitalização compreende uma parceria da SONY, com a Harris (software Arkemedia) e com a Front Porch (software DivArchive). As vantagens são enumeradas “...o utilizador ganha mais autonomia; o acesso aos mesmos conteúdos poderá ser feito por vários utilizadores em simultâneo e em qualquer posto de trabalho que tenha um computador, o que suprime a necessidade de equipamento de visionamento e o trabalho de transporte e manuseamento das cassetes; minimizam-se os estragos ou perdas das cassetes, exemplares únicos, contribuindo para a sua preservação, não se degenerando tão facilmente com o passar do tempo; redução dos custos, oriundos da exaustiva utilização dos Equipamentos.”²⁴”

As soluções adoptadas para o arquivo digital da SIC incluem um sistema de “Digital Asset Management” e robots com grande capacidade de armazenamento de dados referentes a texto e vídeo digital; existem dois servidores nas instalações da SIC em Carnaxide, estando um servidor principal junto à redacção da Informação e outro servidor nas instalações do Arquivo.

O arquivo audiovisual da SIC tem digitalizado 40500 horas em formato AAV e 10700 horas em formato TX²⁵; existe um maior volume de horas no formato AAV pois os originais de reportagem só são digitalizados neste formato e só se digitaliza em formato TX os programas passíveis de nova emissão (os serviços noticiosos e alguns programas da SIC Notícias). Existem 3 formatos de vídeo: o formato AAV (ficheiro Mpeg2 a 50Mbps) utilizado na edição e na preservação; o formato TX (ficheiro Mpeg2 a 15Mbps Long Gop) utilizado na emissão e o formato WM9 a 768K utilizado para visionamento²⁶. Um conteúdo documental pode estar, em simultâneo, nos 3 formatos.

“As imagens em alta e média resolução, MPEG2, são armazenadas em cassetes de dados SAIT2, com capacidade de 800 GB, estas cassetes encontram-se num Robot, o PETASITE.”²⁷ Também existe uma cópia de segurança no PETASITE dos conteúdos em baixa resolução, estando os respectivos dados armazenados num servidor específico.

²⁴ CORREIA, Sandra – Arquivo Audiovisual SIC (2007), p.2

²⁵ Dados obtidos em Maio de 2010 durante visita efectuada ao arquivo audiovisual da SIC.

²⁶ FRANQUEIRA, Ana – Gestão e Arquivo de Conteúdos Digitais na SIC Televisão (2007), p.5

²⁷ CORREIA, Sandra – A transferência de Suportes no Arquivo Audiovisual SIC (2008), p.4

O Arkemedia, sistema de gestão de conteúdos documentais digitais integrado na estratégia global de digitalização da SIC, permite que todos os utilizadores autorizados possam pesquisar conteúdos e ter acesso a toda a informação disponível (textual e audiovisual) no seu (ou em qualquer) computador, sendo da sua total responsabilidade a pesquisa de conteúdos. Os utilizadores autorizados do arquivo, são todos aqueles que necessitam de conteúdos audiovisuais do arquivo para a execução de novas produções, seja na área da Informação, seja na área dos Programas. É, assim, no Arkemedia, que se efectua a gestão dos conteúdos documentais dos vários canais da SIC.

O aumento de produtividade, a eficiência, a preservação e a valorização do património são alguns dos objectivos que conduziram a SIC a investir num Arquivo Digital, que se destina a centralizar e distribuir os conteúdos de todos os canais, servindo praticamente todas as áreas de negócio e produção da empresa, nomeadamente Informação, Programas, Emissão, Multimédia, Grafismo, Produção e Online. Este processo foi impulsionado pela crescente necessidade de acompanhar as mudanças de métodos de trabalho na área da televisão, com a obsolescência tecnológica e com a rápida deterioração dos suportes em que habitualmente se armazenam as imagens em movimento.

III.1.2 Sistema de informação documental da SIC

“O Arquivo [audiovisual da SIC] está organizado numa estrutura hierarquizada de acordo com a proveniência das séries em consonância com as recomendações das Normas Gerais Internacionais de Descrição Arquivística (ISAD’G). O software utilizado permite não só a navegação por esta estrutura, onde o utilizador tem uma visão de conjunto dos fundos documentais, mas ainda a conjugação de sistemas referenciais feita através de uma classificação de programas por género, classificações temáticas ou ainda pelo estabelecimento de categorias que agrupam referências a acontecimentos especiais. A categorização por géneros é orientada pelas recomendações da FIAT/IFTA”.²⁸

²⁸ CORREIA, Sandra – Arquivo Audiovisual SIC (2007), p.2

O arquivo audiovisual tem uma estrutura assente nas séries emitidas nos diferentes canais do canal, sendo que cada série é composta por vários programas/episódios pertencentes a essa série. A esta estrutura corresponde um sistema de classificação adicional com enfoque na proveniência e no contexto da produção, que permite classificar os programas por género, os originais de reportagem por temas e os eventos especiais numa classificação específica.

III.1.3 Representação de conteúdos da SIC

O tratamento documental é efectuado nos documentos emitidos através da importação de dados, de forma automatizada, sendo a informação da responsabilidade da entidade produtora do documento que se responsabiliza pelos metadados. Na fase posterior à automatização dos metadados para o sistema de arquivo, cabe aos arquivistas corrigir, complementar e validar a informação atribuindo-lhes uma linguagem mais normativa e adequada. Os arquivistas fazem todo este processo sem recurso ao visionamento dos documentos na íntegra.

Nos conteúdos emitidos da área da Informação, toda a informação (metadados) é importada, de forma automatizada, do sistema informático ENPS (programa informático, utilizado e desenvolvido por jornalistas, com os alinhamentos de programas informativos, com os textos lidos pelo apresentador e pelos textos das peças que são elaborados pelos jornalistas com o seu tipo de linguagem característico e sensacionalista²⁹) para o Arkemedia, ficando assim associada aos respectivos ficheiros de vídeo. Nos conteúdos emitidos da área dos Programas, a informação também é importada para o Arkemedia através das sinopses, alinhamentos, textos e de toda a documentação adicional (que poderá estar em diferentes formatos) disponibilizada pelos respectivos produtores.

O tratamento documental dos conteúdos de material não emitido e não editado (originais de reportagem) é da exclusiva responsabilidade dos arquivistas. A descrição arquivística consiste na descrição dos planos (imagens) desses conteúdos, por ordem

²⁹ Este tipo de linguagem não se enquadra na linguagem documental que deverá ser objectiva e concisa.

sequencial (desprovida de contexto) e sua indexação. O recurso a “linguagem controlada”, é efectuado através de uma lista de 20 descritores de topo criada especificamente para este efeito. Apesar dos arquivistas se referirem a esta lista como “tesauro”, não irei utilizar esta terminologia, uma vez que a mesma é constituída por descritores organizados alfabeticamente, sem relações semânticas entre eles.

Os conteúdos e sua informação (metadados) ficam assim disponíveis no Arkemedia, online, para acesso e pesquisa por parte de todos os utilizadores.

O facto de não serem os arquivistas a efectuar o tratamento documental de conteúdos emitidos (os metadados são importados, de forma automatizada, para o Arkemedia não existindo nenhum controlo no tipo de linguagem utilizada) vai originar a médio e a longo prazo ruído e silêncio na recuperação de informação, pois a linguagem corrente e jornalística (sensacionalista, apelativa e sem preocupações normativas) não se equipara à linguagem arquivística (objectiva, clara, sintética e normativa). O facto de não se recorrer, de forma sistemática, à linguagem controlada dos conteúdos, também vai originar ruído na pesquisa já que é utilizada a linguagem livre em detrimento da linguagem controlada, com as implicações que isso acarreta. No entanto, como são os próprios jornalistas a efectuar a pesquisa de conteúdos, esta questão não se tem tornado pertinente.

III.1.4 Evolução da representação de conteúdos na SIC

A representação de conteúdos documentais na SIC tem início com a organização do arquivo audiovisual, tendo sido, desde logo, adoptado o procedimento de importação de dados; os arquivistas associavam a referência do suporte físico (analógico) às descrições textuais produzidas pela Direcção de Informação.

Em 2001, após a reorganização da SIC, a informação dos conteúdos documentais da área dos Programas é importada através da documentação adicional disponibilizada pelos respectivos produtores. Na área da Informação, o procedimento mantém-se com a importação automatizada do sistema utilizado pela Direcção de

Informação. Toda a informação passa sempre pelo crivo dos arquivistas na fase de entrada e registo no arquivo.

Uma das condições para a implementação do sistema de informação “Arkemedia”, para além de requisitos com suporte conceptual nas ISAD, foi que este novo sistema digital tivesse as mesmas funcionalidades do anterior (Re-Quest) e que cumprisse todos os requisitos de importação de dados instituídos (via ENPS), de forma a não alterar os procedimentos instaurados.

Antes da implementação da plataforma digital, a representação de conteúdos de material não emitido e não editado (originais de reportagem) era efectuado pelos arquivistas que inseriam os conteúdos documentais no sistema informático em vigor, após o visionamento do conteúdo nos equipamentos de vídeo, de acordo com o suporte físico em que ele se encontrava.

Em Abril de 2006, o arquivo audiovisual da SIC inicia a implementação do Arkemedia, o novo sistema de gestão digital na área da Informação e em Julho de 2006 na área da Programação. Todos os conteúdos a partir desta data, encontram-se em ficheiros digitais (no caso da área da informação são “nativos digitais” e no caso dos programas, se não o são, são digitalizados no momento de entrada no arquivo para registo).

III.2 Arquivo audiovisual da RTP

No panorama dos arquivos de televisão nacionais, o Arquivo Audiovisual da RTP detém uma situação muito particular que decorre da abrangência da sua missão. A sua actividade diária é continuamente pautada pela necessidade de compatibilizar duas vertentes distintas, que nem sempre são facilmente conciliáveis. Por um lado, tem que garantir a disponibilização eficaz e em boas condições técnicas, dos conteúdos necessários à actividade da empresa, e por outro, deve assegurar o cumprimento cabal da missão de serviço público que lhe está atribuída, designadamente a preservação, conservação e acesso público aos arquivos da Rádio e Televisão pública.

A RTP detém um vasto e rico acervo de conteúdos televisivos resultante da sua produção própria, co-produções e aquisições efectuadas ao longo dos seus mais de 55 anos de actividade. Para Alfredo Tropa, Director do Arquivo Audiovisual da RTP, “As imagens guardadas entre 1957 e 1994 perfazem, em filme, nada mais nada menos que ...30 milhões de metros! Para se ter uma ideia deste número, basta dizer que representa qualquer coisa como 95 viagens entre Lisboa e o Porto, mais de oito Muralhas da China ou quatro rios Nilo.”³⁰

Este património torna-se ainda mais relevante no período entre 1957 e 1992, no qual a RTP foi a única estação de televisão em Portugal, detendo por isso no seu Arquivo, registos únicos dos acontecimentos mais importantes, nacionais e internacionais, ocorridos naquele período; daí a sua inegável importância como detentor de documentos únicos no contexto histórico-cultural do país. Alfredo Tropa, em 1993, estimava “Três vezes a distância da Terra à Lua é quanto medem as gravações em fita, celulóide e vídeo guardadas nos arquivos da RTP: um milhão e 135 mil quilómetros de imagens”.³¹

O Arquivo preserva os conteúdos nos seus formatos originais mesmo depois de migrados para os formatos operacionais, existindo assim duplicação de conteúdos. No entanto, para efeitos das métricas do arquivo (horas), prevalece o critério do conteúdo (ou da Propriedade Intelectual) e as duplicações não são contabilizadas. O crescimento actual do arquivo permanente ronda aproximadamente as 7.500 horas por ano, resultante de toda a produção própria e aquisições.

O Arquivo Audiovisual da RTP é proprietário de exemplares de todos os tipos de formato utilizados em televisão, sendo que estes se dividem em arquivo fílmico e arquivo videográfico.

O arquivo fílmico (arquivo em película) é constituído por todos os tipos de conteúdos; é constituído por 99% de película em 16mm e apenas 1% de película em 35mm. A película foi utilizada de 1956 até ao início da década de 90.³² A sua dimensão é de cerca de 310.000 documentos sendo que cada documento é uma unidade de conteúdos (164.000 documentos nacionais e 146.000 estrangeiros, dos quais 50.000 são

³⁰ CHAMBEL, Rogério - Correio da Manhã: Tropa comanda o Arquivo (1996)

³¹ S.N. Revista TV Mais: A Memória em Imagens (1993)

³² LOPES, Hilário - Arquivo RTP: Preservação de conteúdos audiovisuais (2008)

a cores e 260.000 a preto e branco;) totalizando cerca de 25.000 horas, sendo estas relativas a conteúdos nacionais e estrangeiros na sua versão de exibição (nestas horas não estão contabilizadas as cópias de montagem, os materiais de filmagem, etc., que representam 4/5 das horas existentes).

O Arquivo videográfico (arquivo em vídeo) é constituído por conteúdos em suportes de 2” (Quadruplex), 1” (BCN), U-Matic (high e low band), Betacam (analógico e digital). Ao nível da sua utilização, o vídeo de 2” foi utilizado de 1963 a finais dos anos 70; o vídeo de 1” foi utilizado de 1978 a 1994; o vídeo U-Matic foi utilizado de 1977 a 1993; o vídeo Betacam analógico foi utilizado de 1986 a 1994; enquanto o vídeo Betacam SP foi utilizado de 1991 a 2004; o vídeo Betacam Digital foi utilizado a partir de 1997; o vídeo Betacam SX foi utilizado a partir de 1998 e o vídeo DVCAM foi utilizado a partir de 1999.³³ Consideram-se formatos operacionais, todos aqueles que continuam a ser reproduzidos nos equipamentos em utilização na RTP, isto é, o Betacam SP, Betacam Digital, Betacam SX e DVCAM). Consideram-se formatos obsoletos os que não podem ser reproduzidos nos equipamentos actuais, sendo necessário proceder previamente à sua migração para um formato operacional; estão nestas condições os formatos Quadruplex, BCN e U-Matic. A dimensão do arquivo videográfico é de 130.000 horas (contabilizando apenas uma vez o conteúdo independentemente de estar registado em vários formatos diferentes).

Actualmente, o Arquivo Audiovisual da RTP, reúne mais de 155.000 horas de conteúdos únicos (contabilizando apenas uma vez o conteúdo independentemente de estar registado em vários formatos e/ou versões diferentes), pelo que a RTP como concessionária do Serviço Público de Rádio e Televisão, está sujeita ao cumprimento de um conjunto de obrigações no âmbito dos seus arquivos audiovisuais.³⁴

Todos estes factores, assim como o próprio enquadramento legal, contribuíram para que o processo de digitalização do Arquivo Audiovisual da RTP fosse de extrema complexidade e importância, quer ao nível do acesso e preservação do património, quer no que concerne ao investimento financeiro efectuado.

³³ LOPES, Hilário - Arquivo RTP: Preservação de conteúdos audiovisuais (2008)

³⁴ Estas obrigações estão legalmente enquadradas por normas específicas da Lei da Televisão n.º27/2007, do Contrato de Concessão do Serviço Público (2008) e pela Portaria 111/91.

III.2.1 DCM / DAM

Em 2004, com a mudança das instalações da sede da RTP da Avenida 5 de Outubro para a Avenida Marechal Gomes da Costa, inicia-se todo o processo de implementação do Projecto de Digital Content Management - DCM (Gestão Digital de Conteúdos), tendo como principal objectivo assegurar que todos os processos de trabalho sejam efectuados em ficheiros digitais, não recorrendo a cassetes/fitas (desde a captação da imagem, registo e pós-produção na área da produção, arquivo e sua transferência através de redes de alto débito para os servidores de transmissão que os emitem). “ O objectivo foi o de conseguir uma operação sem fita desde a captação de imagem à produção e emissão dos programas, passando pelo arquivamento e catalogação dos conteúdos na forma de ficheiros, pelo registo e pós-produção baseados em poderosos servidores de vídeo, e pela sua transferência através de redes de alto débito para os servidores de transmissão que, controlados por uma automação, os colocam “no ar”. ”³⁵

Os conteúdos do Arquivo Audiovisual da RTP estão disponíveis no sistema de informação integrado denominado DAM (Digital Asset Management) e todo a seu processo de digitalização visa garantir a conservação e preservação digital do seu acervo. O projecto DAM tem como principal objectivo a gestão digital dos conteúdos de arquivo assegurando a representação de conteúdos, permitindo a sua pesquisa e acesso de forma eficaz. “No projecto DAM o objectivo era assegurar o tratamento e gestão digital dos conteúdos de Arquivo, facilitando a sua busca e visionamento”³⁶. A área de aquisição de conteúdos (ingest) converte as cassetes de arquivo em ficheiros, arquivando-os na unidade robotizada, e cria, em simultâneo, uma cópia desse mesmo ficheiro (em baixa resolução) numa unidade de discos que vai permitir a sua pesquisa e visionamento a um vasto número de utilizadores. Estes conteúdos, arquivados na unidade robotizada “PetaSite” (alta resolução) ficam disponíveis para transferência nos servidores de emissão. “...o armazenamento dos conteúdos nesta unidade é feito em

³⁵ MASCARENHAS, Francisco - O projecto DCM

³⁶ MASCARENHAS, Francisco - O projecto DCM

cassetes de alto débito e grande capacidade que permitem, além do mais, reduzir drasticamente o espaço necessário”³⁷.

A implementação deste projecto permite que a RTP se possa equiparar à maioria das suas congéneres europeias, e as acompanhe a nível tecnológico e com ferramentas privilegiadas para a distribuição dos seus conteúdos nas novas plataformas emergentes.

III.2.2 Sistema de informação documental da RTP

O sistema de informação documental da RTP “...foi concebido numa perspectiva sistémica, isto é, definido em função dos vários aspectos da gestão dos fundos arquivísticos, tendo em conta actividades e registos como selecção, preservação, estado de conservação, direitos de utilização, descrição documental e acesso.”³⁸, estando em consonância com os recentes desenvolvimentos da arquivística, das novas tecnologias e de recomendações de instituições prestigiadas, tais como a European Broadcasting Union (EBU), Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e Federação Internacional dos Arquivos de Televisão (FIAT/IFTA).

O modelo de dados associado ao sistema de informação documental da RTP está organizado segundo uma estrutura hierárquica com 3 níveis, correspondendo cada nível a uma entidade: série, programa e “clip”. Cada uma destas entidades é objecto de uma descrição autónoma, com campos específicos e com suporte conceptual nas ISAD(G) – Normas Gerais Internacionais de Descrição Arquivística, do Conselho Internacional e Arquivos.

As entidades estão relacionadas entre si como parte de uma estrutura descritiva que organiza a informação em níveis: a série é o primeiro nível de informação e o mais amplo, sendo constituída por um ou mais programas; cada programa é constituído por um ou mais “clips”; a unidade documental de referência é o “clip” e este pode corresponder a uma peça de informação diária, um original de reportagem ou de um

³⁷ MASCARENHAS, Francisco - O projecto DCM

³⁸ GONÇALVES, Orlando - Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais (2004), p.16

programa, uma parte/segmento de um programa ou um programa na íntegra. “O resultado é um conjunto de descrições que, relacionadas hierarquicamente por níveis, descrevem as séries do arquivo RTP”³⁹.

III.2.3 Representação de conteúdos da RTP

O tratamento documental consiste genericamente na representação de conteúdos e na actualização de toda informação documental referente a um documento, em todas as entidades onde ele se integra. Este procedimento implica a execução de várias tarefas, nomeadamente, a catalogação, a classificação, a descrição, o controlo de direitos e a indexação.

III.2.3.1 Catalogação

A catalogação consiste na descrição bibliográfica de um documento segundo a sua ficha bibliográfica. Deste modo, o documento é registado e identificado com a maior precisão possível, através do preenchimento dos seus dados formais. Os campos da catalogação são específicos e autónomos por entidade (série, programa e “clip”), sendo através deles que o documento é identificado.

III.2.3.2 Classificação

A classificação dos fundos arquivísticos é efectuada ao nível da série e do programa, e utiliza um sistema de codificação, que representa o conteúdo da unidade de descrição de forma sintética, assim como o seu agrupamento e enquadramento hierárquico com temas afins.

As tabelas de classificação em vigor estão em conformidade com as necessidades dos programadores das emissões e dos utilizadores do Arquivo

³⁹ GONÇALVES, Orlando - Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais (2004), p.17

audiovisual da RTP. Adaptaram-se duas tabelas de classificação em vigor na European Broadcasting Union/União Europeia de Radiodifusão (EBU/UER), sendo o sistema de classificação do grupo de estatísticas para as séries e a classificação ESCORT (Ebu System of Classification Of RTv programmes) para os programas, optando-se assim por instrumentos de divulgação, eficácia e reconhecimento nos meios arquivísticos e televisivos.

“O sistema de classificação apresenta-se sob a forma de uma árvore de decisão: o classificador começa por se interrogar se o programa considerado se enquadra na primeira categoria. Em caso afirmativo a classificação está encontrada. Se a resposta é negativa, a questão é colocada à categoria seguinte e assim sucessivamente, até que se encontre a categoria apropriada”⁴⁰.

As tabelas de Classificação vão tornar mais eficiente e célere o processo de aquisição e intercâmbio de programas entre estações de televisão, nacionais e internacionais, que utilizem o sistema de codificação de séries e programas adoptado.

III.2.3.3 Descrição

A descrição multinível tem como objectivo “...a criação de um conjunto de descrições coerentes e aplicáveis a todo o tipo de documentos audiovisuais. Estes conjuntos de descrições têm de estar relacionadas entre si como parte de uma estrutura descritiva que, baseada no princípio da procedência, organiza a informação em níveis”⁴¹. Uma vez que é uma actividade morosa, com elevados recursos humanos e técnicos envolvidos, tem de estar adequada ao documento. Neste contexto, foram definidos quatro graus de descrição, sendo o seu nível mais ou menos exaustivo de acordo com as especificidades, características, valor e potencial de cada documento.

O grau 1 da Descrição Arquivística corresponde a uma descrição formal dos documentos e dispensa o seu visionamento; aplica-se a todos os documentos que dão entrada e são registados no Arquivo da RTP.

⁴⁰ GONÇALVES, Orlando - Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais (2004), p.58

⁴¹ GONÇALVES, Orlando - Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais (2004), p.17

O grau 2 da Descrição Arquivística consiste na descrição formal do documento ao nível da série, programa e “clip”. Contempla apenas os resumos sintéticos, nos quais se efectua referências ao tema genérico abordado, convidado interveniente e local de acontecimento. Não se efectua indexação neste nível. Nem sempre se justifica o visionamento do documento, e, nos casos que se justifique, não implica que o mesmo seja efectuado em tempo real.

O grau 3 da Descrição Arquivística é a descrição formal e substancial do documento ao nível da série, programa e “clip”. Para além dos respectivos resumos sintéticos, é necessário elaborar o resumo analítico do seu conteúdo ao nível do “clip”. A descrição do conteúdo pressupõe um nível de maior precisão. A indexação deve contemplar os locais, pessoas e assuntos mais relevantes do documento. O documento é sempre visionado.

O grau 4 da Descrição Arquivística, tal como no nível anterior, consiste na descrição formal e substancial do documento ao nível da série, programa e “clip” e para além dos respectivos resumos sintéticos, também é necessário elaborar o resumo analítico do seu conteúdo ao nível do “clip”. A descrição e a indexação deverão ser exaustivas e a descrição cronológica deverá ser privilegiada, nomeadamente nos programas e documentários. Pressupõe o visionamento integral do documento.

Ambos os resumos (resumo sintético e resumo analítico) deverão estar adequados ao grau de descrição, evitando redundâncias de informação nos seus conteúdos.

“O resumo sintético consiste na caracterização global da unidade de descrição respectiva, devendo nele constar o assunto, o local e a estrutura da série ou programa. A sua informação deve ser auto-suficiente para que o resumo seja entendido como uma descrição autónoma, que vale por si só e pode ser utilizado na elaboração de catálogos explícitos e de qualidade, ou para troca de informação com outras entidades⁴²”. O resumo sintético permite a contextualização e o enquadramento do documento através da linguagem livre e natural. “Na descrição o documentalista deve utilizar, por um lado, uma linguagem simples, objectiva e imparcial, evitando a adjectivação e valoração do

⁴² GONÇALVES, Orlando - Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais (2004), p.29

que descreve; por outro lado, deve optar por frases curtas e pelo uso de verbos no presente do indicativo”⁴³. O resumo sintético existe nas 3 entidades (série, programa e “clip”).

O resumo analítico consiste na descrição detalhada das imagens que constituem o documento, pelo que se deve anotar de forma sistemática todas as informações; sempre que relevante, deve-se assinalar a estação do ano, condições atmosféricas e a altura do dia. Só existe ao nível do “clip”.

A descrição tem de ser eficaz de forma a disponibilizar a informação sobre as características (formais e técnicas) e os conteúdos informativos de cada documento audiovisual. A descrição torna-se assim a actividade central do Arquivo Audiovisual da RTP e a sua qualidade reflecte-se na recuperação de informação que os serviços da empresa (Produção, Emissão, Promoções e Informação) fazem dos seus conteúdos; torna-se, deste modo, a actividade de excelência do Arquivo.

III.2.3.4 Controlo de direitos

O sistema de controlo de direitos adverte para a existência de restrições ao nível dos direitos e da utilização de um determinado documento, fornecendo as respectivas informações complementares (restrições de que tipos de direitos e a justificação da sua restrição). Contempla as opções “Direitos de Autor”, “Direitos Conexos”, “Direitos de Transmissão” e “Diversos” e destina-se à inserção da informação sobre os direitos existentes e as condições legais ou de outros compromissos assumidos pela empresa que restrinja a utilização dos conteúdos. Sempre que o profissional detecte que a origem das imagens do documento é exterior à RTP, efectua essa referência e acciona os direitos, estabelecendo uma ligação para os respectivos textos (contratos, normas, acordos); esse alerta permite restringir o acesso e a reutilização dos conteúdos.

⁴³ GONÇALVES, Orlando - Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais (2004), p.28

III.2.3.5 Indexação

A indexação é efectuada com recurso a linguagem documental pós-coordenada⁴⁴, apesar de existirem algumas expressões pré-coordenadas, com recurso a um Tesouro criado especificamente no arquivo RTP.

O processo de indexação requer um trabalho intelectual de análise do documento, a identificação e selecção dos conceitos representativos do conteúdo e a representação desses conceitos por termos de indexação, cumprindo as regras de exactidão (manter-se fiel ao conteúdo do documento), homogeneidade (aplicar as regras do sistema em vigor), imparcialidade (abster-se de qualquer conclusão ou opinião pessoal), especificidade (utilização do termo mais específico em detrimento de um termo mais geral) e multiplicidade (seleccionar os descritores de modo a cobrir os aspectos essenciais do documento tendo em conta o perfil dos utilizadores).

O processo de indexação tem que ser preciso (devolvendo apenas os documentos pertinentes) e exaustivo (devolvendo todos os documentos pertinentes), de forma a assegurar eficácia na recuperação de informação. “Há dois aspectos que ameaçam as pesquisas de informação: o silêncio do sistema documental (não se encontram documentos pertinentes) e o ruído (encontram-se documentos não pertinentes)”⁴⁵.

III.2.3.5.1 Tesouro do Arquivo Audiovisual da RTP

O Tesouro⁴⁶ do Arquivo Audiovisual da RTP foi implementado no sistema informático G-Media em 2001, com o objectivo de promover uma linguagem documental, combinatória e pós-coordenada, para a indexação dos documentos

⁴⁴As combinações entre os elementos semânticos que servem para descrever os conceitos ocorrem à posteriori.

⁴⁵GONÇALVES, Orlando - Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais (2004), p.40

⁴⁶ Thesaurus [ou Tesouro] é uma lista estruturada de expressões destinadas a representar de forma unívoca, num sistema documental, os conceitos existentes em documentos e em questões colocadas a esse sistema. (Van Slype, 1987)

audiovisuais, permitindo a sua uniformização e garantindo a recuperação selectiva dos seus conteúdos de uma forma eficaz e pertinente. É um Tesouro monolíngue dividido em três domínios: domínio “Temático”, domínio “Geográfico” e domínio “Onomástico”, complementado com uma lista de “infra-conceitos” resultante da sua natureza e necessidades específicas.

O domínio “Temático” é constituído por um total de 9036 descritores, nos seus 20 subdomínios temáticos, que se agrupam de acordo com a sua natureza. Saliente-se que a existência de domínios não implica uma compartimentação estanque entre os descritores que o compõem pois o facto de estarem integrados num domínio não os impossibilita de manter relações associativas com descritores de outros domínios. O domínio “Geográfico” está subdividido em “Geografia” referindo-se à geografia política (continentes, países, distritos, concelhos e cidades) e “Geografia Física” que engloba descritores referentes à superfície terrestre; cumpre as relações semânticas de hierarquia e de equivalência. O domínio “Onomástico” é constituído por termos referentes a nomes de pessoas singulares e colectivas, cujas entradas foram criadas em conformidade com as Regras Portuguesas de Catalogação; está organizado alfabeticamente e inclui apenas relações de equivalência. A lista de “Infra-conceitos” é composta por termos que se associam a determinados descritores com o objectivo de precisar e de recuperar informação muito específica de uma forma eficiente, sem recuperar ruído (devolve apenas os resultados de determinado descritor ao qual se associou o infra-conceito).

O Tesouro da RTP é uma linguagem documental estruturada e dinâmica, constituída por descritores e não descritores; na sua ficha individual, têm um campo de notas de aplicação ou de definição, que inclui a informação complementar associada (fotografias, biografias, etc.) e informação auxiliar para a sua correcta aplicação. Os descritores são unidades lexicais utilizadas na indexação para representar, sem ambiguidade, os conceitos de um documento; relacionam-se entre si, através de uma estrutura de relações semânticas. Os não descritores são palavras ou expressões que designam, em linguagem natural, um conceito equivalente àquele que existe representado por um descritor; são um sinónimo ou quase sinónimo de um descritor e não podem ser atribuídos aos documentos, sendo o utilizador remetido para o descritor permitido.

No interface da base de dados, os descritores são apresentados por ordem alfabética (no mesmo nível) em cada domínio do Tesouro, obedecendo a regras terminológicas próprias e estando unidos entre si por relações semânticas pré-estabelecidas. Estas relações têm por finalidade criar correspondências recíprocas entre descritores, permitindo otimizar os resultados da indexação e da pesquisa de informação. As “Relações Semânticas”⁴⁷ (hierárquicas, equivalência e associativas) entre os descritores do Tesouro RTP visam obter uma indexação e recuperação da informação mais eficaz, remetendo o documentalista para outros descritores que lhe possam interessar. A relação hierárquica⁴⁸ permite ao utilizador classificar ou pesquisar a informação, de uma forma genérica ou mais específica, consoante a sua necessidade; constitui uma relação de natureza lógica, que reúne conceitos com características similares entre si, estabelecendo níveis de hierarquia de super-ordenação (TG) e de subordenação (TE) entre os descritores. A relação de equivalência, entre descritores e não descritores, indica qual o termo permitido e apropriado para representar um determinado conceito; quando um utilizador pretende utilizar um não descritor, é-lhe indicado, de forma automática no sistema informático, o descritor permitido e que deve ser usado. Indica a equivalência linguística ou de identidade do sentido entre os termos: quais os sinónimos ou quase sinónimos de um descritor. A relação associativa designa conceitos que, apesar de não estarem ligados entre si por relações de equivalência ou de hierarquia, são susceptíveis de se relacionar por associação de ideias; só pode ser criada entre descritores de estruturas hierárquicas distintas e sugere ao utilizador, em acto de indexação ou de pesquisa, descritores que, embora representem conceitos diferentes, podem ser utilizados. “Tomadas em conjunto, estas três relações conferem ao thesaurus rigor e flexibilidade”⁴⁹.

O Tesouro da RTP foi elaborado com critérios rigorosos, recorrendo a descritores muito específicos para ilustrar os conceitos correspondentes, de modo a satisfazer as necessidades concretas do documento audiovisual (necessidade de indexar

⁴⁷ “Rigorous semantic relationships allow a user to enter the thesaurus and to identify the appropriate search term(s) “(Weinberg, 1998).

⁴⁸ “A relação hierárquica é a relação essencial dos thesaurus, porque é ela que estrutura verdadeiramente a linguagem documental e assegura a sua coerência interna, diferenciando claramente os thesaurus de meras listas de termos, independentemente do grau de organização destas”. (Gonçalves, 2004), p.42

⁴⁹ GONÇALVES, Orlando - Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais (2004), p.43

não só o conteúdo, mas também, a imagem que o ilustra e que pode ser reutilizada na produção de novos documentos).

Se a existência de um instrumento de trabalho como o Tesouro é de enorme importância para a tarefa de indexação, não será de menos utilidade o seu manuseamento correcto, coerente e disciplinado. O Tesouro tem um gestor responsável por efectuar a análise, criação e actualização das propostas de novos termos sugeridos pelos Documentalistas; assegurar o seu crescimento racional e equilibrado ajustado às necessidades do Arquivo da RTP; acompanhar a sua eficiência e adequabilidade e, sempre que se justifique, propor a sua revisão global. Um Tesouro está em constante mutação, pelo que acaba por ser um trabalho nunca concluído. A actualização do Tesouro, depende, não só do seu gestor, mas também dos profissionais que, no seu trabalho diário, são confrontados com questões de natureza prática. Assim, a sua gestão e manutenção têm que ser constantes, de forma a garantir a sua actualização e conformidade com o sistema documental.

Uma indexação eficaz é, pois, o garante de uma eficaz recuperação da informação. Contribui, para tal, o bom desempenho do profissional, que deve assentar numa criteriosa análise de conteúdos e numa coerente, eficiente e precisa indexação, isenta de critérios dúbios. Mais do que ter conhecimento das normas é fundamental a sua correcta aplicação para que o critério de uniformidade da indexação seja o mais coerente e uniforme possível, independentemente da carga subjectiva que esta tarefa acarreta, na medida em que está condicionada pela experiência e interpretação de cada profissional.

O recurso ao Tesouro da RTP, tem como principal vantagem a precisão pois devolve apenas os resultados de pesquisa pretendidos (menos ruído e menos silêncio) e evita a existência de erros e enganos ortográficos pois os termos a pesquisar e/ou a indexar são seleccionados numa tabela existente. A possibilidade de “navegar” através das relações associativas entre descritores, independentemente da estrutura em que está inserido, permite ao seu utilizador seleccionar descritores que considera pertinentes de forma muito intuitiva.

Apenas o documentalista domina esta ferramenta de linguagem controlada, revelando-se uma desvantagem na sua utilização por parte de outros profissionais da empresa, uma vez que esta actividade pressupõe um conhecimento aprofundado da estrutura do Tesouro.

III.2.4 Evolução da representação de conteúdos na RTP

A representação de conteúdos documentais de documentos audiovisuais na RTP remonta a meados da década de 80. Até 1997 os documentalistas efectuavam o tratamento documental, preenchendo num impresso próprio (normalizado) os dados formais e a descrição cronológica dos planos que recolhiam durante o visionamento do documento. Todos os documentos eram indexados com recurso a uma lista de descritores existente, organizada por ordem alfabética, utilizada na classificação dos documentos audiovisuais, sem qualquer tipo de relações semânticas e sem a supervisão de um responsável com competências para a sua gestão (qualquer profissional adicionava um termo se considerasse pertinente a sua criação). Posteriormente estes impressos eram inseridos na base de dados por operadoras informáticas.

A partir de 1997, o documentalista passa a efectuar o tratamento documental directamente no sistema informático, em simultâneo com o visionamento do documento que pressupunha um equipamento próprio. A descrição efectuada era muito detalhada e exhaustiva em todos os documentos, pois ainda não tinham sido definidos os níveis de descrição de acordo com a especificidade do documento.

O manual de procedimentos para o tratamento documental “Descrição Arquivística dos documentos audiovisuais” da autoria de Orlando Gonçalves é concluído em 2000, como resultado das alterações emergentes da implementação da base de dados G-Media inserida num sistema de informação transversal à empresa. Nesta 1ª versão encontram-se já definidos os níveis de descrição, procedimentos e normas a adoptar. Em 2004, é publicada uma 2ª versão deste manual, sendo esta que permanece em vigor. Actualmente, existe um grupo de trabalho responsável pela revisão do manual, tendo em consideração a implementação do “Media Archive” (aplicação do arquivo no DAM) e todas as alterações nos procedimentos e métodos de trabalho que este implica.

Na fase anterior à implementação da plataforma digital, o suporte (cassete) era entregue no serviço de movimentação (ao assistente de documentalista) para que o documento fosse registado em arquivo; após o seu registo era entregue ao documentalista para este procedesse ao tratamento documental do documento em simultâneo com o seu visionamento num equipamento vídeo. Findo o tratamento, o suporte era devolvido ao assistente de documentalista para que fosse arrumado no respectivo depósito.

Em 2009, foi relevante a implementação de novos processos de trabalho associados ao modelo operativo digital da RTP. A partir de Junho, o tratamento documental de conteúdos passa a ser efectuado no “Media Archive”. Este sistema permite que o documentalista tenha acesso imediato ao documento em baixa resolução, que o visiona e que proceda ao tratamento documental do seu conteúdo em qualquer estação de trabalho recorrendo apenas a um computador pessoal. Estas alterações de processos de trabalho originam que deixe de haver custos com aquisição e manutenção de suportes e equipamentos de vídeo, assim como restringe a intervenção dos assistentes de documentalista em todo este processo.

A eficácia no acesso ao documento e as melhorias dos processos de trabalho reflectem-se num aumento de produtividade do tratamento documental. No Relatório de Contas da RTP de 2009 é evidente este resultado “...que o tratamento documental registou um aumento significativo do volume de documentos tratados: foram alvo de descrição 12.918 horas, mais 32% que no ano anterior.⁵⁰”.

Desde 2006, que é efectuado regularmente (mensalmente) o Controlo da Qualidade do tratamento documental pela Gestora do Sistema Documental, tendo como principais objectivos garantir a uniformização e homogeneidade do tratamento documental efectuado no Arquivo da RTP; potenciar a eficiência dos sistemas documentais na pesquisa e recuperação dos conteúdos; promover a melhoria contínua, individual e de equipa, dos profissionais do Arquivo em todas as suas actividades do tratamento documental.

⁵⁰ Disponível em http://www.rtp.pt/wportal/grupo/informacao_financeira/rc_anual2009.php

CAPÍTULO IV: SISTEMAS DE GESTÃO DIGITAIS

Digital Asset Management (DAM) pode ser traduzido por Gestão de Activos Digitais. Inclui todo o software de computador e sistemas de hardware que gerem e controlam o processo de gestão de activos digitais, nomeadamente as tarefas e actividades de “ingest”, anotação, catalogação, armazenamento, recuperação e distribuição. “O termo gestão de activos digitais (DAM) também se refere ao protocolo para download, renomear, backup, classificar, agrupar, arquivar, otimizar, manter, desbastar e exportar ficheiros de arquivos”⁵¹.

A implementação dos sistemas de gestão digitais nos arquivos audiovisuais das estações de televisão alterou todo o paradigma dos arquivos em relação às restantes áreas da empresa. O arquivo passa a ser o centro de toda a produção de conteúdos e torna-se no suporte principal da cadeia produtiva da estação de televisão. As áreas da Emissão, da Informação e da Produção acedem aos conteúdos de Arquivo durante a sua fase de produção e não apenas na fase final, como repositório. No processo anterior o suporte físico com os conteúdos chegava ao arquivo, apenas, após a sua emissão, para ser armazenado no depósito.

“É reconhecida a relevância crescente que os meios e técnicas digitais de codificação, armazenamento e transporte de informação têm assumido na sociedade actual, com enormes vantagens em termos de redução de custos e aumento de eficácia dos processos de criação, troca e difusão dessa mesma informação”⁵². No entanto surgem novas questões que necessitam de avaliação, nomeadamente questões relacionadas com o acesso, a representação de conteúdos e preservação. A pertinência da formulação destas novas hipóteses tem que ser aferida através de uma análise crítica. Assim, procurou-se evidenciar as vantagens resultantes da implementação dos novos sistemas digitais, tendo em consideração os três critérios definidos anteriormente: acesso, representação de conteúdos e preservação.

Relativamente ao acesso, será que os sistemas de gestão digitais facilitaram o acesso aos conteúdos documentais?

⁵¹ Definição de DAM na Wikipedia (http://en.wikipedia.org/wiki/Digital_asset_management)

⁵² BORBINHA, José Luís e al - Manifesto para a Preservação Digital (2002), p.1

Com os novos sistemas de gestão digitais existe a garantia que o conteúdo está sempre disponível para qualquer utilizador, enquanto na forma tradicional, havia sempre a probabilidade de o suporte físico (cassete) não estar disponível no Arquivo; poderia estar a aguardar visionamento ou transcrição nas áreas do arquivo ou poderia ter saído para o seu exterior para efeitos de emissão, promoção de programas ou para o visionamento de jornalistas (ou outros utilizadores). Actualmente, o conteúdo de um documento pode ser acedido por diferentes utilizadores em simultâneo, enquanto na forma tradicional o conteúdo estava no respectivo suporte físico (cassete) e apenas estava disponível para o utilizador que tivesse a sua posse, pelo que apenas o primeiro utilizador a solicitar o conteúdo ao Arquivo tinha a garantia do seu acesso.

Os sistemas de gestão digitais permitem ao utilizador aceder directamente aos conteúdos (não dependendo dos profissionais do arquivo) com total autonomia, efectuar a pesquisa e seleccionar por extractos as imagens que realmente pretende, evitando, assim, o envio por fibra óptica ou a transcrição (cópia) de conteúdos desnecessários; no processo tradicional o acesso aos conteúdos era controlado e efectuado apenas pelos profissionais do Arquivo após a respectiva solicitação; o utilizador “sujeitava-se” a uma selecção prévia dos conteúdos efectuada pelo profissional de arquivo, o que nem sempre se revelava viável e pacífico uma vez que o profissional de arquivo tende a disponibilizar ao utilizador uma duração maior de conteúdos para que este possa escolher com qualidade (podem surgir, ainda, falhas de comunicação entre ambos e o conteúdo pretendido não ser, de todo, disponibilizado).

Actualmente o utilizador pesquisa, visiona e selecciona conteúdos através de um computador pessoal, comodamente sentado no seu local de trabalho; no processo anterior, o utilizador tinha que visionar o suporte no equipamento de vídeo específico e proceder ao seu envio por fibra óptica ou transcrição para outro suporte. Nos sistemas de gestão digitais, o conteúdo é transferido sem perda de qualidade e não demora o tempo real do documento, apenas demora o tempo de transferência pois é efectuado por “file transfer”, sem custos e com rapidez, o que resulta na optimização de tempo. No processo anterior, para além dos custos elevados dos suportes físicos, com a transcrição ocorrem perdas de qualidade do conteúdo em relação ao original e a reprodução/cópia tem custos elevados de recursos pois à duração real do conteúdo acresce o tempo necessário para a preparação da transcrição e o respectivo controlo de qualidade. A eficácia do acesso aos conteúdos permite optimizar “fluxos de trabalho” eliminando

tarefas repetitivas ou desnecessárias (como cópias, transcrições e movimentação de suportes físicos), assim como potencia a utilização dos conteúdos documentais noutras plataformas digitais (Internet, etc.).

No que concerne a representação de conteúdos, existem alterações na representação de conteúdos ao nível da sua essência ou estas apenas se reflectem ao nível da sua metodologia?

Com a implementação dos sistemas de gestão digitais não se registaram alterações significativas ao nível da representação de conteúdos na sua essência, apenas se reflectiram no seu método de execução que se torna mais simples e cómodo, uma vez que este passa a ser efectuado no local de trabalho do profissional do arquivo, recorrendo apenas a um computador pessoal. No processo tradicional, o suporte era registado no arquivo e entregue ao profissional para proceder à representação de conteúdos documentais tendo que efectuar o seu visionamento num equipamento de vídeo específico de acordo com o suporte físico. Concluído o tratamento, o suporte era arquivado no depósito. Com a implementação dos sistemas de gestão digitais, o profissional de arquivo acede ao conteúdo do documento, visiona e efectua o tratamento documental na sua estação de serviço. Para além do processo ser mais cómodo e célere, as vantagens são significativas na redução de custos com a aquisição de suportes e equipamentos de vídeo, assim como a manutenção de equipamentos (recursos técnicos e humanos).

Quanto à preservação, será que esta está assegurada nos novos sistemas de gestão digitais?

Os sistemas de gestão digitais têm capacidade para conservar e preservar, em formato digital, todo o acervo do arquivo através de formatos de alta resolução em MPEG 2 de 50 Mbits para conteúdos de emissão/produção e de formatos de baixa resolução em MPEG 2 de 30 Mbits para conteúdos de informação. A qualidade da cópia (desde que não exista transcodificação) é sempre igual ao original, segundo processos de migração e de cópia realizados de forma automatizada, sem intervenção humana, e com custos reduzidos. A grande vantagem é que existe um baixo risco de degradação de conteúdos por más condições ambientais (as condições são as aconselháveis de acordo com as normas instituídas) e um baixo risco de degradação por má manipulação dos suportes (uma vez que não há intervenção humana no seu transporte nem estão sujeitos

a deficientes condições dos equipamentos de leitura). Na forma tradicional, havia a necessidade permanente de migrar os conteúdos em suportes obsoletos para novos formatos de forma a permitir a sua leitura e o seu acesso, sendo que esta migração tinha sempre intervenção humana. Tal revela-se muito dispendioso ao nível de recursos (humanos e técnicos), pois pressupõe (elevados) custos ao nível de equipamentos de vídeo, de suportes e de horas dispendidas em transcrições.

Para além destas questões, é notório a rentabilização de recursos resultantes da implementação dos sistemas de gestão digitais, quer na redução de custos, quer na redução de tarefas. Estes sistemas não pressupõem os custos necessários (e bastante onerosos) da existência e manutenção dos depósitos físicos, na aquisição e manutenção de equipamentos necessários para garantir as condições ideais de temperatura e humidade (aparelhos de ar condicionado, aparelhos de controlo e medição da humidade, etc.) assim como os custos necessários com recursos humanos (pressupõe a disponibilidade de profissionais do arquivo para as várias solicitações e para garantir a arrumação de suportes movimentados). Relativamente aos meios humanos, no processo tradicional era necessário haver vários profissionais do arquivo destacados para efectuar horários desfasados para a cobertura do horário de funcionamento do arquivo (7 dias por semana, praticamente 24 horas por dia), pelo que havia um elevado custo nas remunerações salariais. Com os novos sistemas de gestão digitais, deixam de ser necessários horários tão penosos para os trabalhadores.

As actividades dos profissionais de arquivo centravam-se no acesso e na pesquisa de conteúdos; com a implementação dos sistemas de gestão digitais, sendo os utilizadores a efectuar estas tarefas, a actividade dos profissionais do arquivo passa a estar focada, apenas, na representação de conteúdos documentais. O aumento da produtividade na actividade da representação de conteúdos vai-se reflectir na pesquisa de conteúdos, pois se existe um maior número de conteúdos representados documental e acessíveis no sistema, a pesquisa torna-se mais eficaz. A pesquisa a cargo do profissional de arquivo passa a ser residual, pois este apenas se responsabiliza por eventuais dossiers temáticos mais complexos.

A implementação dos novos sistemas de gestão digitais revela inúmeras vantagens para os arquivos audiovisuais, no que concerne o acesso aos conteúdos documentais, à sua preservação e à locação de mais recursos para a representação de

conteúdos. Estas vantagens, para além da redução de custos a nível económico, vieram facilitar o quotidiano e as tarefas não só dos profissionais do arquivo, mas de todos os profissionais da empresa.

As desvantagens destes sistemas de gestão digitais fazem-se notar principalmente ao nível do investimento financeiro, uma vez que é um processo bastante dispendioso; no entanto, é um investimento que pode ser compensado a médio ou a longo prazo. Também se revelam ao nível das restrições dos direitos e eventuais utilizações abusivas do utilizador dos conteúdos documentais, pois o sistema de controlo de direitos apenas adverte para a existência de restrições dos direitos de utilização de um determinado documento, não impede o acesso efectivo ao documento, estando a responsabilidade imputada ao utilizador com todos os seus perigos daí decorrentes.

A evolução vertiginosa e permanente das novas tecnologias alteram conceitos e modos de funcionamento dos arquivos audiovisuais e dos seus profissionais, optimizando metodologias e “fluxos de trabalho”, modelos de acesso e de produção de conteúdos. Face a esta realidade, é indispensável que os arquivos audiovisuais acompanhem constantemente estas mudanças tecnológicas e de processos, promovam a formação profissional necessária e os ajustes funcionais adequados nas suas organizações, de modo a que elas respondam de forma eficaz aos novos modelos de gestão, tratamento e disponibilização da informação, com base em plataformas digitais. Gerir, tratar, preservar e disponibilizar eficazmente os conteúdos documentais, utilizando as novas ferramentas tecnológicas disponíveis, é um desafio lançado aos profissionais dos arquivos audiovisuais.

CAPÍTULO V: CONTEÚDOS ONLINE...O FUTURO

A consulta e acesso aos conteúdos documentais na plataforma digital restringem-se à utilização interna na estação de televisão do arquivo audiovisual. No entanto, em ambos os arquivos é expectável a disponibilização dos seus conteúdos online na internet para acesso do público em geral, apesar das condicionantes inerentes.

É notório o interesse manifestado no que diz respeito à disponibilização online dos seus conteúdos documentais por parte dos responsáveis do arquivo audiovisual da SIC; “A disponibilização dos conteúdos do arquivo online é encarada por Ana Franqueira como uma oportunidade de crescimento e de negócio”⁵³. Ana Franqueira refere na sua apresentação que “A previsão de uma produção cada vez maior de conteúdos para novas plataformas conduz à inevitável aspiração de disponibilizar o Arquivo Online na Net.”⁵⁴; o mesmo interesse também é manifestado por Sandra Correia na sua comunicação “A disponibilização do Arquivo na Web é uma meta a alcançar brevemente, potenciando e valorizando o Património SIC, de forma a dele tirar maior rentabilidade e conseguir fontes de financiamento para a sua preservação.”⁵⁵

No artigo “Arquivo na ponta de um clique” também se regista esse interesse por parte da RTP “O subdirector de arquivo da RTP [Hilário Lopes] dá também conta que nas intenções do operador de serviço público de rádio e televisão está a dar início, ainda este ano, a uma forma de acesso ao arquivo através da internet”⁵⁶ e “Se o conteúdo está digitalizado, na internet é fácil aceder ao conteúdo para o fim desejado. Abrir o arquivo ao público e, obviamente, também potenciar as receitas do arquivo com novos acessos são os objectivos desta disponibilização dos conteúdos online”⁵⁷.

Após a análise dos estudos de casos dos arquivos audiovisuais da SIC e da RTP, e tendo em consideração o seu modelo organizativo, a sua missão, as políticas arquivísticas adoptadas, a multiplicidade e a variedade de tipos de conteúdos existentes, o acesso e recuperação da informação, pode-se deduzir que ambos cumprem os requisitos necessários para esta nova etapa, faltando-lhes apenas assegurar a sua “independência” na internet através de um site próprio.

Como referência de boa prática internacional, considera-se o site do arquivo audiovisual da estação de televisão BBC. A BBC (British Broadcasting Corporation) é uma emissora pública de rádio e de televisão do Reino Unido, fundada em 1922, e é constituída por 9 canais de televisão: BBC One, BBC Two, BBC Three, BBC Four, BBC HD, CBBC, Cbeebies, BBC News Channel e BBC Parliament, sendo a estação de

⁵³ MARCELA, Ana – Arquivo na ponta de um clique (2008)

⁵⁴ FRANQUEIRA, Ana – Gestão e Arquivo de Conteúdos Digitais na SIC Televisão (2007), p.9

⁵⁵ CORREIA, Sandra – A transferência de Suportes no Arquivo Audiovisual SIC (2008), p.10

⁵⁶ MARCELA, Ana – Arquivo na ponta de um clique (2008)

⁵⁷ MARCELA, Ana – Arquivo na ponta de um clique (2008)

televisão de referência a nível nacional e internacional. O Arquivo audiovisual da BBC, avaliado em 12 milhões de documentos e que inclui 600,000 horas de conteúdos televisivos e de 350,000 horas de conteúdos de rádio, é considerado um dos arquivos audiovisuais mais valiosos relativamente a conteúdos qualitativos⁵⁸ e quantitativos⁵⁹. O visionamento de programas só se pode efectuar em ficheiros de baixa resolução, não sendo permitido efectuar o “download”, uma vez que este está inibido por questões de direitos. A BBC não fornece cópias na íntegra dos seus programas, excepto em casos especiais de participações na sua produção.⁶⁰ Para ter acesso a um determinado conteúdo terá que optar pelo seu visionamento via BBC iPlayer (disponibiliza o visionamento das emissões dos últimos 7 dias) ou poderá adquirir o programa se este já estiver disponível para comercialização. O site do Arquivo da BBC⁶¹ apresenta-se com uma estrutura muito intuitiva e de fácil percepção. A recuperação de conteúdos é efectuada de forma simples e eficaz. A organização e funcionamento da instituição são apresentados de uma forma agradável e transmite transparência, sólidos conhecimentos e domínio na área de negócios. Todas estas características são fortes indicadores de como o arquivo audiovisual da BBC é uma referência de boas práticas neste domínio.

Uma vez que os arquivos audiovisuais da SIC e da RTP detêm um vasto e valioso acervo e que os seus conteúdos já se encontram em formato digital e alvo de representação documental, as estações de televisão portuguesas deveriam apostar na criação de um site específico para o seu arquivo audiovisual. Este, para além de disponibilizar os conteúdos documentais, poderia incluir uma área de “Contactos” para sugestões, reclamações e anomalias; área de “Serviços Educativos” com jogos infantis, didáticos e interactivos; uma área de “Normativos e Procedimentos” com o manuais de procedimentos, normas arquivísticas e Ética do Profissional; área “Institucional” com uma zona específica para Relatórios de Actividades e Relatórios Anuais; área de “Comercialização de conteúdos” (on-demand) com os procedimentos, as condições e preço em vigor e uma área de “Promoção de vídeos” com um catálogo dos conteúdos

⁵⁸ “BBC Archive is one of the great media treasures, full of incredible content just waiting to be discovered and only recently opened up to share with the world.” Disponível em:

<http://www.bbcmotiongallery.com/gallery/home/archives.do>

⁵⁹ “You're about to experience one of the most extensive content resources in the world.” Disponível em:

<http://www.bbcmotiongallery.com/gallery/home/archives.do>

⁶⁰ Informação disponível em <http://www.bbc.co.uk/archive/help.shtml#copy>

⁶¹ Site do Arquivo da BBC disponível em <http://www.bbc.co.uk/archive/index.shtml>

lançados em edições especiais, em suportes de vídeo domésticos, pela estação televisiva.

No acesso aos conteúdos documentais, e devidamente acauteladas a compatibilidade de formatos tecnológicos, as questões de segurança e a questão dos direitos, o site permitiria aos utilizadores o visionamento de conteúdos em baixa resolução, à semelhança do Arquivo da BBC, não permitindo o “download” dos programas na íntegra. A partilha dos conteúdos documentais nas redes sociais como o Facebook, Twitter, My Space, Hi5, etc. (devendo os mesmos estarem imbuídos de uma marca de água da estação de televisão) seria também uma forma de promoção e divulgação dos conteúdos. Seriam contributos para a valorização dos arquivos audiovisuais quer a nível interno, quer a nível externo. A nível interno pois a estação de televisão teria que adequar a sua gestão de forma mais eficaz e eficiente, baseada no rigor e transparência, em conformidade com os normativos em vigor. A nível externo, para além do aumento das receitas proveniente da comercialização de conteúdos e das edições especiais em suportes de vídeo domésticos, a instituição iria aproximar-se do cidadão comum e cativar potenciais utilizadores através da interactividade dos serviços educativos e dos contactos que conduziria à melhoria da qualidade dos seus serviços.

A integração destes arquivos audiovisuais na EUscreen, projecto da Europeia⁶² para a criação de uma plataforma de digital de conteúdos de património cultural dos arquivos audiovisuais europeus que visa permitir o acesso aos conteúdos desses arquivos, fornecendo as soluções técnicas necessárias, promovendo a interoperabilidade técnica e semântica, a normalização de metadados e também as boas práticas na gestão da propriedade intelectual e restrições de direitos, seria uma solução viável. A EUscreen⁶³ é uma plataforma digital de conteúdos televisivos, cujo consórcio é coordenado pela Universidade de Utrecht e tem 27 parceiros, entre arquivos audiovisuais, instituições de pesquisa, fornecedores de tecnologia e a Europeia, num total de 19 países europeus. Dos parceiros, destaca-se a “Federação Internacional de Arquivos de Televisão” - FIAT/IFTA, a União Europeia de Radiodifusão (UER), a Fundação EDL, “Institut National de l’Audiovisuel” (INA) e a BBC. A EUscreen

⁶² Informação disponível em http://pro.europeana.eu/about?utm_source=portalmenu&utm_medium=portal&utm_campaign=Portal%2Bmenu

⁶³ Informação disponível em <http://www.euscreen.eu/about.html>

fornece as soluções técnicas necessárias, através da “EBU Core” e de formatos abertos, de forma a assegurar a interoperabilidade entre as colecções audiovisuais da Europa e da Europeia em particular. Sendo um dos seus objectivos principais proporcionar o acesso ao património televisivo, através das sinergias com a Europeia, vai ser fundamental no desenvolvimento da própria Europeia. Os documentos audiovisuais de arquivos de televisão europeus estão dispersos e o seu acesso ainda não se encontra normalizado, apesar da maioria dos seus conteúdos estarem digitalizados e muitos já se encontrarem disponíveis “on line”; esta lacuna deve-se à falta de interoperabilidade, à complexidade das questões de direitos e à falta de informações contextuais entre os vários arquivos. Os arquivos audiovisuais necessitam de ultrapassar determinados obstáculos, nomeadamente a gestão dos direitos e as questões técnicas relacionadas com a normalização dos metadados e da digitalização. Os direitos dos conteúdos estão dependentes dos contratos de programas existentes e dos diferentes regimes jurídicos que regulam os vários Estados Membros da União Europeia. A normalização é um factor determinante e essencial para garantir a interoperabilidade entre os vários membros da EUscreen.

Após este trabalho de investigação, considero que existem condições propícias à adesão dos arquivos da SIC e da RTP a este projecto, nomeadamente pelo facto de serem membros da FIAT/IFTA, pelo facto da RTP ser membro da UER e por ambos terem o seu sistema de informação documental com suporte conceptual nas ISAD(G) e terem sido concebidos numa perspectiva sistémica e definidos em função da gestão dos fundos arquivísticos. Uma vez que os seus conteúdos já estão disponíveis em formato digital e alvo de representação documental (na sua maioria), falta apenas a criação do seu próprio site para tornar acessíveis os seus conteúdos e poder, assim, fazer parte integrante deste projecto.

Os arquivos das estações de televisão da SIC e da RTP teriam muitas vantagens com a adesão ao projecto EUscreen. Os seus conteúdos seriam do conhecimento público e garantiam a sua longevidade ao longo dos tempos, ilustrando a herança cultural do país. Excluindo todas as vantagens comerciais e financeiras daí decorrentes.

O grande objectivo da pesquisa global na internet é permitir o acesso a todos, para que, em qualquer sítio, possam aceder a todos produtos de conhecimento e culturais produzidos pelo homem. O armazenamento e preservação dos conteúdos

televisivos são garantias de salvaguarda do passado pelo que é fundamental torná-los acessíveis às gerações futuras, para que estas os percepcionem, também, como memória colectiva.

CONCLUSÃO

Um arquivo audiovisual de uma estação de televisão não é apenas um conjunto de documentos audiovisuais emitidos ao longo dos anos por essa estação. Um arquivo audiovisual é um sistema que integra um conjunto de documentos audiovisuais produzidos e o complexo das relações recíprocas estabelecidas entre todos os documentos nesse arquivo, associados a um sistema documental eficaz.

Toda a informação resultante da representação de conteúdos documentais dos documentos audiovisuais (metadados) fica associada ao próprio documento (ficheiro digital), estando ambos disponíveis para consulta e acesso na plataforma digital. “[Preservation and Metadata]...are the key to every collection, and their quality determines whether information can be retrieved. What cannot be found might just as well not exist”⁶⁴.

A representação de conteúdos documentais no contexto dos novos sistemas de gestão de arquivos audiovisuais digitais tem de ser eficaz de forma a disponibilizar a informação adequada e pertinente sobre as características (formais e técnicas) dos documentos audiovisuais e seus conteúdos. No artigo “Arquivo RTP: Síndrome dos tempos”, Hilário Lopes refere claramente a importância da representação de conteúdos documentais “Os computadores já dão umas ajudas, mas os conteúdos têm que ser bem catalogados, descritos e indexados para quando o utilizador pede, rapidamente poderem ser localizados”⁶⁵.

A implementação de sistemas de gestão digitais possibilitou, de uma forma eficiente, a disponibilização e a utilização dos conteúdos, otimizando fluxos de trabalho, reduzindo recursos (humanos e técnicos) utilizados em processos de

⁶⁴ KLINJN, Edwin; LUSENET, Yola de – Tracking the reel world (2008), p.112

⁶⁵ NOGUEIRA, Susana - “Arquivo RTP: Síndrome dos tempos”(2006)

duplicação de tarefas, permitindo uma partilha mais rápida e simples dos conteúdos entre os diferentes departamentos das estações de televisão SIC e RTP.

Após a análise e estudo dos casos concretos dos arquivos audiovisuais da SIC e da RTP, pode-se concluir que os sistemas de gestão digitais dos arquivos audiovisuais tiveram um forte impacto na digitalização de ambos os arquivos, contribuindo para a valorização e actualização dos seus acervos documentais. A consolidação das mudanças tecnológicas e a alteração de processos representam uma melhoria significativa na qualidade e na eficiência dos arquivos audiovisuais da SIC e da RTP, designadamente no acesso, preservação e valorização dos seus conteúdos.

Um dos principais resultados emergentes da implementação dos sistemas de gestão de informação integrados, recentemente implementados nos arquivos audiovisuais da SIC e da RTP, é que estes arquivos digitais deixam de ser repositórios de conteúdos, para se tornarem em parceiros activos, centrais e fulcrais de toda a cadeia de produção, emissão e difusão da estação de televisão. Outro dos resultados emergentes da implementação destes sistemas é o acesso ao conteúdo dos documentos audiovisuais, que está naturalmente dependente e subordinado à sua representação documental, sem a qual, toda a sua eficiência é questionada.

Estes novos sistemas assentam num plataforma tecnológica (hardware e software) que permite gerir de forma eficiente os conteúdos documentais, com capacidade para preservar em formato digital o acervo, possibilitando o acesso directo aos seus conteúdos, e permitem, também, integrar a área do Arquivo com as restantes áreas da empresa através da reengenharia de processos, otimizando fluxos de trabalho, potenciando a reutilização dos conteúdos para outras plataformas.

Se um arquivo audiovisual já for detentor de um sistema documental eficaz e normalizado, não irá registar alterações significativas com a implementação destes novos sistemas de gestão digitais ao nível da representação de conteúdos, uma vez que as políticas arquivísticas, normas arquivísticas e procedimentos existentes terão que ser aplicadas nos novos sistemas. As grandes transformações vão-se reflectir nos processos de trabalho e métodos de execução das tarefas. Os novos procedimentos para além da visível redução de custos (recursos humanos e técnicos) vão facilitar o acesso aos conteúdos dos documentos audiovisuais, tornando todo o processo de representação de conteúdos de documentos audiovisuais mais simples, prático, cómodo e eficaz. O

consequente aumento de produtividade no número de documentos alvo de representação documental de conteúdos vai originar o aumento da sua pesquisa e fortificar a relação de confiança na recuperação e disponibilização de novos conteúdos.

O aumento de produtividade, a eficiência, a preservação digital e a valorização do património são alguns dos objectivos que levaram, quer a SIC, quer a RTP, a investir nestes sistemas de gestão digitais, com a finalidade de centralizar e distribuir os conteúdos de todos os seus canais, servindo todas as áreas de negócio e de produção das empresas. Este processo foi impulsionado pela crescente necessidade de ambas as estações de televisão acompanharem as mudanças de métodos de trabalho na área da Televisão, com a obsolescência tecnológica e com a rápida deterioração dos suportes em que se armazenam as imagens em movimento.

“Dependency on a variety of obsolete playback equipment, and inadequate descriptions that hinder effective search and retrieval are the two main barriers blocking access to audiovisual collections. Digitization can remove the former, but does nothing to improve access if the latter is not dealt with⁶⁶”. A simples digitalização e o fácil acesso aos conteúdos documentais não revelam todo o potencial dos seus conteúdos. A representação documental dos conteúdos dos arquivos audiovisuais é que contextualiza esses conteúdos para os seus potenciais utilizadores enriquecendo-os com metadados e garantindo a sua disponibilização e a recuperação da sua informação. A representação de conteúdos nas plataformas digitais é um factor fulcral e decisivo para que todo este processo seja eficaz e eficiente.

⁶⁶ KLINJN, Edwin; LUSENET, Yola de – Tracking the reel world (2008),p.109

BIBLIOGRAFIA

AMOR, Rui – Gestor de conteúdos multimédia. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2008. Dissertação de Mestrado. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/57922>>

BORBINHA, José Luís e al.- **Manifesto para a preservação digital**. Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD. ISSN 0007-9421 (2002), p.69-81. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL:<http://www.bnportugal.pt/agenda/ecpa/manifesto.html>>

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA - **A Caixa Mágica: 40 Anos de Televisão em Portugal**. 1996.

CHAMBEL, Rogério – Tropa comanda Arquivo. **Jornal Correio da Manhã** (05.03.1996)

CIA: **Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G)**, 2002 [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf>>

CIA: **Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias - ISAAR (CPF)**, 2004. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>>

Contrato de concessão do Serviço Público de Televisão.2008. Portugal. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: http://www.rtp.pt/wportal/grupo/pdf/ccsp_2008_2011.pdf>

CORREIA, Sandra – **Arquivo Audiovisual SIC**. FIAT/IFTA World Conference. (12.10.2007) [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: http://srvhost36.serverhosting.apa.net/restricted/lisbon_2007/D3W10AF.pdf >

CORREIA, Sandra – **A transferência de suportes no Arquivo Audiovisual SIC**. 2008. Acessível no Arquivo da SIC, Lisboa, Portugal.

DIRECÇÃO DE ARQUIVOS E DOCUMENTAÇÃO - **Arquivos da RTP: Património Histórico e Único**. Lisboa: DAD, 1996

DIRECÇÃO DE ARQUIVOS E DOCUMENTAÇÃO – **Manual de Documentação**. Lisboa: DAD, 1996

DIRECÇÃO DE ARQUIVOS E DOCUMENTAÇÃO – **Normas e procedimentos recomendados para a selecção e conservação de material de programas de televisão**. Lisboa: DAD, 1997

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS (D GARQ) – **Orientações para a Descrição Arquivística (ODA)**: 2ª versão, 2007. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf>>

EDMONDSON, Ray – **Uma filosofia de Arquivos Audiovisuais**. 1998. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: <http://catbib.cm-beja.pt/MULTIMEDIA/ASSOCIA/CDU/02BIBLIOTECONOMIA/026BIBESPECIALZ/FILOSOFARQUIVAUDIOVI.PDF>>

EPIFÂNIO, Nuno – **Evolução legal dos Arquivos Audiovisuais e Sonoros em Portugal**. Évora: Universidade de Évora, [sem data] [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: http://www.academia.edu/882269/Evolucao_legal_dos_Arquivos_Audiovisuais_e>

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>

FILIPE, Jaime Magalhães - **Iniciação a televisão**. Lisboa: RTP- Centro de Formação, 1980

FRANQUEIRA, Ana – **Gestão e Arquivo de Conteúdos Digitais na SIC Televisão**. II Jornadas Internacionais Informação e Comunicação nos Mass Media. Produção noticiosa: actores e papéis. (25.10.2007) Acessível no Arquivo da SIC, Lisboa, Portugal.

GERALDES, Nuno – **Gestão de desenvolvimento de software na área da produção de conteúdos audiovisuais**. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/61590?mode=full>>

GONÇALVES, Orlando - **Descrição Arquivística dos Documentos Audiovisuais**. Arquivo RTP, 2000.

GONÇALVES, Orlando - **Descrição Arquivística Multinível de Documentos Audiovisuais**. Arquivo RTP, 2004.

ISAAC, Antoine; TRONCY, Raphael - **Designing and Using an Audio-Visual Description Core Ontology**. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: http://www.eurecom.fr/~troncy/Publications/Troncy_Isaac-coront04.pdf>

JOLY, Martine – **Introduction à l’analyse de l’image**. Armand Colin, 2008

KLINJN, Edwin; LUSENET, Yola de – **Tracking the reel world: a survey of the audiovisual collections in Europe**. Amsterdam: European Commission on Preservation and Access, 2008. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: http://www.tape-online.net/docs/tracking_the_reel_world.pdf>

Lei 27/2007 de 30 de Julho. Portugal. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/2007/07/14500/0484704865.PDF>>

LOPES, Hilário - **Arquivos RTP: Preservação de conteúdos audiovisuais**. 2008. 14 Diapositivos. Acessível no Arquivo da RTP, Lisboa, Portugal.

LOPES, Hilário - **Gestão e Organização de Arquivos Audiovisuais: Novas Tecnologias e Arquivos Digitais**. 2009. 36 Diapositivos. Acessível no Arquivo da RTP, Lisboa, Portugal.

LOPES, Hilário – **Informação e Memória na RTP: a plataforma de arquivos digitais - DAM**. 2007. 22 diapositivos. Acessível no Arquivo da RTP, Lisboa, Portugal.

MARCELA, Ana – Arquivo na ponta de um clique. **Revista Meios & Publicidade** - (25.01.2008) [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW <URL: <http://www.meiosepublicidade.pt/2008/01/25/arquivo-na-ponta-de-um-clique/>>

MASCARENHAS, Francisco – **O Projecto DCM**. [sem data] Revista Azul. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: http://ww1.rtp.pt/wportal/grupo/newsletter/newsletter9/proj_dcm.html>

Media Management Comission FIAT/IFTA – **Changing sceneries, changing roles part IV: keeping your best content and metadata**, 2009.

NOGUEIRA, Susana - Arquivo RTP: Síndrome dos tempos. **Revista Produção Profissional**. Lisboa (Janeiro 2006).

OLIVEIRA, João – **Sistema de notificação e reconhecimento automático de entidades em conteúdos audiovisuais**. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2008. Dissertação de Mestrado. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/59339?mode=full>>

PENTEADO, Pedro - **A normalização em arquivos: panorâmica actual da produção nacional e internacional**. 2010 [consult.08.10.2012]. Disponível em: WWW<URL: http://www.culturadigital.pt/docs/dgarq_ppenteado.pdf>

PIRES, José – **A importância e utilidade dos arquivos audiovisuais**. Porto: Universidade do Minho, 2011. Dissertação de Mestrado. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/18037/1/Tese%20de%20Mestrado.pdf>>

Portaria 111/91 de 7 de Fevereiro. Portugal. [consult.08.10.2012] Disponível em WWW<URL: <http://www.ics.pt/index.php?op=fs&cid=193&lang=pt>>

ROOKE, Richard - **European Media in the Digital Age: analysis and approaches**. England: Pearson, 2009.

ROYAN, Bruce; CREMER, Monika et al. IFLA **Directrizes para materiais audiovisuais e multimédia em bibliotecas e outras instituições**. Disponível em: WWW<URL: <http://archive.ifla.org/VII/s35/pubs/avm-guidelines04-pt.pdf>>

RTP - **Filmoteca, Sistema de Recuperação da Informação**. Lisboa: RTP, 1975.

RTP - **Ordem de Serviço nº4 Regras para o arquivo e preservação de conteúdos**. 30.01.2007. Acessível na RTP, Lisboa, Portugal.

RTP - **Ordem de Serviço nº10 Criação da Direcção de Emissão e Arquivo.** 27.12.2006
Acessível na RTP, Lisboa, Portugal.

RTP - **Ordem de Serviço nº18 Direcção de Emissão e Arquivo.** 20.12.2010. Acessível na RTP,
Lisboa, Portugal.

SANTOS, Sónia Correia dos - Novo arquivo digital “revolucionaria” SIC. **Diário de Notícias.**
(20.11.2006) [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL:
http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=648995&page=-1>

SCHULLER, Dietrich - Audiovisual research collections and their preservation. 2008
[consult.08.10.2012] Disponível em: WW<URL:
http://www.digiwiki.fi/fi/images/7/7b/Audiovisual_research_collections.pdf>

SILVA, Armando Malheiro da – **Do pergaminho ao digital: os arquivos e o acesso global à
Informação.** Porto: Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do porto, 2007

s.n. – A memória em imagens. **Revista TV Mais** (08.03.1993).

s.n. - Sony e SIC implementam arquivo digital. **Revista Produção Profissional.** (11.10.2005)
[consult.08.10.2012] Disponível em: WWW <URL: <http://www.pp.com.pt/article.php?a=317>>

SOUSA, Hugo – **Normalização de meta: informação para arquivos multimédia.** Porto:
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2004. Dissertação em Mestrado.
[consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL:<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/12702?mode=full>>

VAN DE WALLE, Johan - **Digital multimedia in audio-visual archives, a guide to trends,
developments and products.** Hague: TNO: FIAT, 1997.

VAN SLYPE, Georges – **Les Langages d’indexation: conception, construction et utilisation
dans les systèmes documentaires.** Paris: Les éditions d’organisation, 1987.

VIANA, Paula- **Media Asset Management in broadcasting: new approaches to enable the
effective management of physical resources and media objects.** Porto: Faculdade de Engenharia
da Universidade do Porto, 2008. Tese de Doutoramento. [consult.08.10.2012] Disponível em:
WWW <URL:<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/11571/2/Texto%20integral.pdf>>

VIEIRA, João – **Orientações Gerais sobre a Gestão de Documentos de Arquivo.** IPA. 1991

VIEIRA, João – **Noções Fundamentais sobre Arquivos.** 2001

WEINBERG, Bella Hass – **Vocabulary links://Thesaurus design for Information Systems.
Keywords.** 1998. [consult.08.10.2012] Disponível em: WWW<URL:
<http://www.allegrotechindexing.com/article02.htm>>